



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

N.º 05/2014

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do Campo (*Campus de Arraias*).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 22 de janeiro de 2014, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do Campo (*Campus de Arraias*), conforme projeto em anexo.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 22 de janeiro de 2014.

Prof. Márcio Silveira
Presidente

emc.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo à Resolução n.º 05/2014 do Consepe.

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ARRAIAS, TO, 2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Projeto Pedagógico do Curso de
Licenciatura em Educação do Campo da
Universidade Federal do Tocantins -UFT,
Campus de Arraias.

ARRAIAS, TO, 2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS

Administração Superior

Reitor
Márcio Antônio da Silveira

Vice-Reitora
Isabel Cristina Auler Pereira

Chefe de Gabinete
Tarso da Costa Alvim

Pró-Reitor de Administração e Finanças
José Pereira Guimarães Neto

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários
George Lauro Ribeiro de Brito

Pró-Reitora de Avaliação e Planejamento
Ana Lúcia de Medeiros

Pró-Reitora de Graduação
Berenice Feitosa da Costa Aires

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
George França dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Waldecy Rodrigues

SUMÁRIO

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL	07
1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT).....	07
1.2. A UFT no contexto regional e local.....	07
1.3. Missão Institucional.....	11
1.4. Estrutura Organizacional.....	13
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	15
2.1 Dados do Curso.....	15
2.2 Diretor do Campus.....	16
2.3 Coordenador do Curso.....	16
2.4 Relação Nominal dos Membros do Colegiado de Curso.....	16
2.5 Comissão de Elaboração do PPC.....	16
2.6 Histórico do Curso: Sua Criação e Trajetória.....	17
3- BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	21
4- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	27
4.1. Administração Acadêmica.....	27
4.2. Coordenação Acadêmica.....	28
4.3. Projeto Pedagógico do Curso.....	29
4.3.1. Justificativa.....	29
4.3.2. Objetivo do Curso.....	34
4.3.3. Perfil Profissiográfico.....	35
4.3.4. Competências, atitudes e habilidades.....	35
4.3.5. Campo de atuação profissional.....	37
4.3.6. Organização Curricular.....	37
4.3.6.1. Conteúdos Curriculares.....	37
4.3.6.2. Matriz Curricular.....	40
4.3.6.3. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.....	43
4.3.6.4. Ementas.....	43
4.3.7. Metodologia.....	74
4.3.8. Interface ensino, pesquisa e extensão.....	76
4.3.9. Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PET.....	78
4.3.10. Interface com as Atividades Complementares.....	80
4.3.11. Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório.....	80
4.3.12. Prática Profissional.....	81
4.3.13. Trabalho de Conclusão de Curso.....	81
4.3.14. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem.....	81
4.3.15. Avaliação do Projeto do Curso.....	84
4.3.16. Auto Avaliação e Avaliação Externa (ENADE e Outros).....	85
5- CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	86
5.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente.....	86
5.2. Regime de trabalho.....	87
5.3. Composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	88
5.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente.....	88
5.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que	

atende ao curso.....	88
6. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS	89
6.1. Laboratórios e instalações.....	89
6.2. Biblioteca.....	92
6.3. Instalações e equipamentos complementares.....	93
6.4. Área de lazer e circulação.....	94
6.5. Recursos audiovisuais.....	94
6.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004).....	95
6.7. Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso.....	95
7. POLÍTICAS DE ACESSO	97
7.1 Critérios de seleção.....	97
7.2 Critérios de prioridade.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
ANEXOS	99
Anexo I- Instrução normativa trabalho de conclusão de curso.....	100
Anexo II- Manual de Orientação do Estágio Curricular Supervisionado.....	101
Anexo III- Regimento do Curso de Licenciatura.....	113
Anexo IV- Ata de Aprovação do PPC pelo Colegiado do Curso..... (Documento Anexo)	
Anexo V- Ata de Aprovação do PPC pelo Conselho Diretor do Campus. (Documento Anexo)	

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (UNITINS), mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o

ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2. A UFT no contexto regional e local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que elevem o nível de qualidade de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura multicampi, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), conforme figura a seguir:

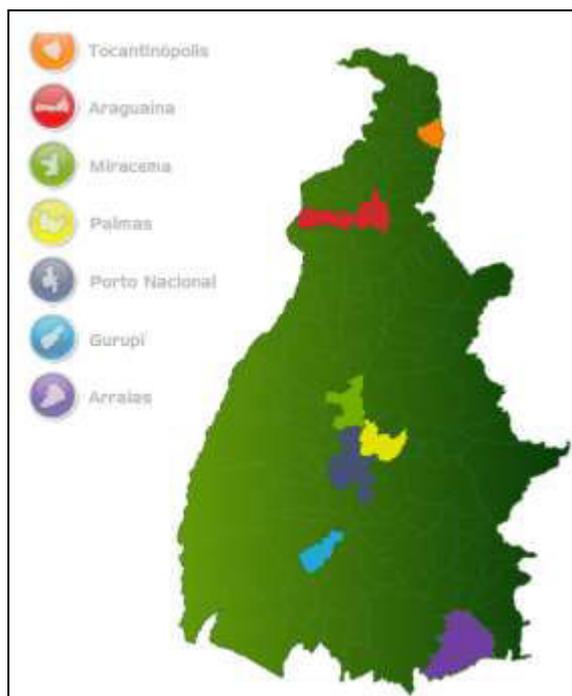


Imagem 1: Mapa do Tocantins com os campi da UFT assinalados

A UFT, com seus sete campi, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel

fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicampi, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital (Palmas).

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infra-estruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema multicampi, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

1.3. Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

1. o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
2. a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
3. o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
4. a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
5. a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
6. o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
7. a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Nesses 7 *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local, e próxima, o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências Humanas, da Educação, das Ciências Agrárias, das Ciências Biológicas e da Saúde.

A grande dimensão da UFT é expressa, em números aproximados, por 695 professores efetivos, 35 professores substitutos e 399 técnicos administrativos. Conforme dados do documento institucional Esta é a sua universidade (2012), a UFT em números está assim representada: 48 cursos de graduação; 3.200 vagas no vestibular; 15.062 alunos; 904 professores; 633 técnicos concursados; 15 mestrados; 03 doutorados; 215.712 livros em bibliotecas; 1.796 alunos EAD; 1.079 alunos com bolsas; 276 ações de extensão (UFT, 2012). Ainda conta com minteres em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria

UFT\UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFT\UnB), os Dinteres em História Social (Palmas, parceria UFT/UFRJ), em Educação (Palmas, parceria UFT\UFG); Administração (UFT/Mackenzie, 2009); Ciências da Computação (UFT/UFRJ) e Geografia (UFT/UFU). Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por abranger todo o Estado, a UFT torna-se a mais importante instituição pública de ensino superior do Tocantins, no que se refere à dimensão e ao desempenho acadêmico.

1.4. Estrutura Organizacional

Segundo o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, a estrutura organizacional é composta por:

1. **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.

- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.

- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

- **Pró-Reitorias:** No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art. 24).

- **Conselho do Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

- **Diretor de Campus:** docente eleito pela comunidade universitária do campus para

exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.

- **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.
- **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.
- Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

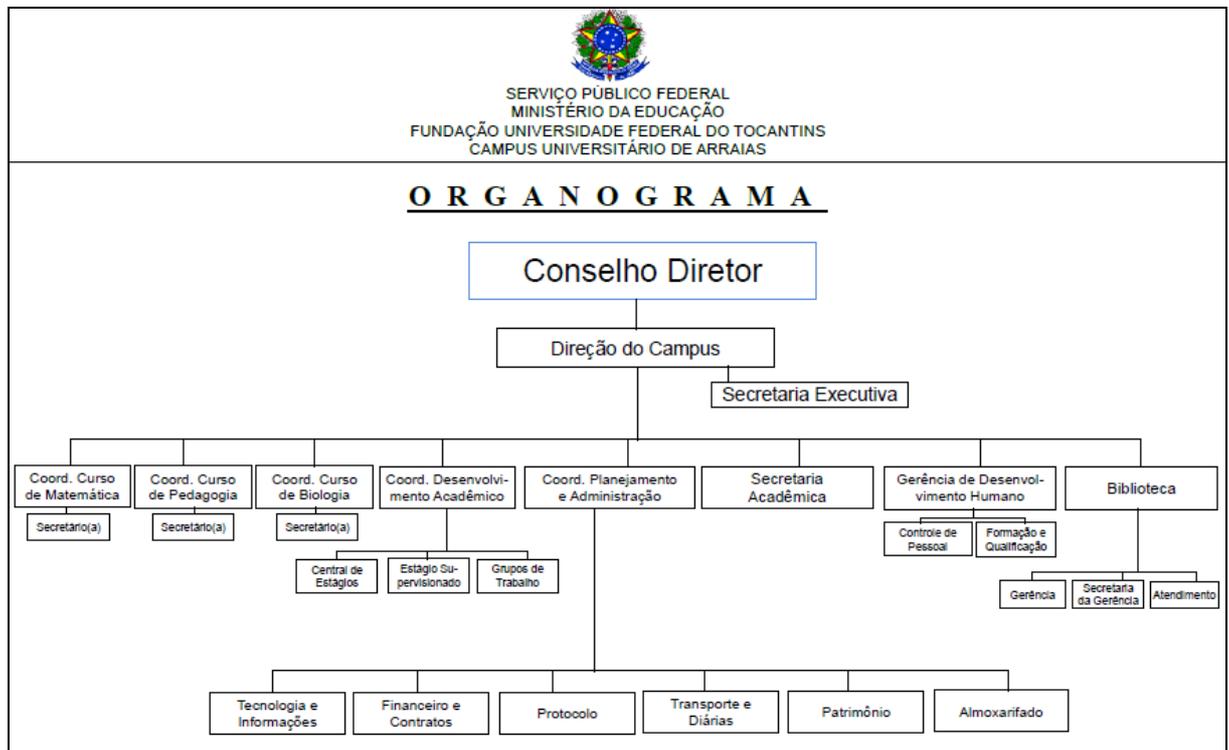


Imagem 2: organograma elaborado em consonância com a Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) N° 12/2009

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Dados do Curso:

- **Nome do Curso/Habilitação:** Licenciatura em Educação do Campo: Códigos e Linguagens – Artes Visuais e Música
- **Modalidade:**
Licenciatura - Ensino Presencial
- **Endereço do Curso**
Universidade Federal do Tocantins – UFT
Campus Universitário de Arraias
Av. Universitária, s/n - Centro
Arraias – TO
Fone/Fax: (63) 3653-1531
- **Ato Legal de Reconhecimento do Curso:**
Resolução N°
Publicação:
Portaria MEC N°
Publicação:
Parecer CFE N°
- **Número de vagas:**
120 vagas/ano **em uma entrada** em processo seletivo organizado pela COPESE-UFT.
- **Título Acadêmico**
Licenciado em Educação do Campo: Códigos e Linguagens – Artes Visuais e Música
- **Modalidade:**
Licenciatura - Ensino Presencial em Regime de Alternância
- **Duração do Curso:**
Mínimo: 8 semestres
Média: 12 semestres
Máximo: 12 semestres
- **Forma de Acesso:**
Processo seletivo – vestibular – de acordo com Edital específico da COPESE-UFT.
- **Regime Letivo:**
Bloco Semestral
- **Turnos de Oferta:**
Matutino e Vespertino
- **Carga Horária Total Do Curso:**
Carga Horária Total: 3.300 horas

- 1- Disciplinas do Ciclo Básico: 1.155 horas
- 2- Disciplinas do Ciclo Profissional: 1.350 horas
- 3- Disciplinas de Formação Complementar: 180 horas
- 4- Atividades Complementares: 210 horas
- 5- Estágios Curriculares: 405 horas

2.2 Diretor do Campus:

Prof. Dr Idemar Vizolli

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2358634787077252>

2.3 Coordenador do Curso:

Prof. Dr. Alessandro rodrigues Pimenta

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9134635312252299>

2.4 Relação Nominal dos Membros do Colegiado de Curso

- Prof. Dr. Alessandro Rodrigues Pimenta – Graduado em Filosofia e Doutor em Filosofia
- Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9134635312252299>

- Prof. Esp. Roberto Francisco de Oliveira Leite – Graduado em Música e em Educação Física e Especialista em Ciências do Condicionamento Físico Individualizado
- Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9773334581403816>

- Prof. Esp. Sebastião Silva Soares – Graduado em Letras e Pedagogia e Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Orientação, Supervisão e Inspeção, Mestrando em Educação
- Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9733130956651712>

- Profª. Ms. Suze da Silva Sales – Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação
- Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0848364367115992>

2.5 Comissão de Elaboração do PPC

O presente PPC foi elaborado por um grupo de professores que atuam na área da educação do campo como docentes, pesquisadores e extensionistas e integram o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo – GEPEC no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq.

Prof. Doutor Idemar Vizolli
<http://lattes.cnpq.br/2358634787077252>

Profª. Doutora Raquel Alves de Carvalho
<http://lattes.cnpq.br/1826522405057436>

Profª. Mestre Ana Carmen de Souza Santana
<http://lattes.cnpq.br/5426913379279016>

Prof. Dr. Alessandro Rodrigues Pimenta
<http://lattes.cnpq.br/9134635312252299>

Profª. Mestre Suze da Silva Sales
<http://lattes.cnpq.br/0848364367115992>

2.6 Histórico do Curso: Sua Criação e Trajetória

O *Campus* de Arraias conta atualmente com os cursos regulares de licenciatura em Pedagogia e Matemática, e licenciatura em Biologia pela Universidade Aberta do Brasil.

Para a efetivação desta proposta, partiu-se da articulação existente com a rede de ensino para a realização dos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR e o Programa Brasil Alfabetizado.

Considerando a organização social um elemento de relevância para a estruturação deste PPC, a organização dos estudantes do Campus de Arraias, a articulação dos projetos de pesquisa e extensão com as comunidades rurais da região, bem como a relações já estabelecidas com as associações comunitárias rurais da região possibilitaram a realização da proposta.

Outro fator relevante para a proposta são os trabalhos e iniciativas da UFT Campus de Arraias com associações comunitárias de seu entorno, especialmente a Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra, da qual também tem-se a parceria para a realização de projetos de pesquisa e extensão, além de já ter estudantes em cursos de graduação oriundos desta e outras comunidades quilombolas e camponesas.

O Campus de Arraias, desde 2009, possui um Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo que vem articulando ações de Ensino, Pesquisa e Extensão na área da Educação do Campo. Tal grupo concorreu junto à CAPES/MEC com o projeto intitulado: “*A Educação do Campo em foco: uma análise interdisciplinar da realidade das escolas rurais no Sudoeste do Tocantins*”, que foi aprovado em 2010 e vem desenvolvendo pesquisas que possibilitem conhecer e intervir nas reais condições do ensino das escolas do campo no

sudoeste do Estado do Tocantins, especificamente, na micro-região de Dianópolis que está composta por 20 municípios.

Por fim, ressalta-se os projetos delineados sob as temáticas da educação do campo, da etnomatemática, educação de jovens e adultos, políticas públicas, cultura local, história local, cultura digital, formação de professores, dentre outros, como fortes subsídios deste curso.

Em consonância com o Edital 02, de 05 de Setembro de 2012, que se caracterizou pela Chamada Pública para Seleção de Projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para o Programa de Apoio à Implantação das Licenciaturas em Educação do Campo-Procampo, a Universidade Federal do Tocantins, mais especificamente, o *Campus* de Arraias, apresenta o Projeto Político Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, que se destina à formação inicial de 120 (cento e vinte) discentes oriundos da área rural, por ano, para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados.

Neste projeto, apresenta-se o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para o desenvolvimento do Curso, em atendimento às demandas das políticas públicas para a Educação do Campo, bem como às proposições dos Movimentos Sociais e Sindicais, Fórum Estadual de Educação do Campo, secretarias estaduais e municipais de educação.

Assim, a Universidade Federal do Tocantins, buscando realizar sua missão de elaborar, sistematizar e disseminar os saberes das diversas áreas epistemológicas, colaborando com o desenvolvimento regional e nacional e com objetivo de promover a formação de professores multidisciplinares, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para a Educação do Campo.

A viabilização de formação superior específica tem como pretensão promover a expansão da oferta da Educação Básica nas comunidades rurais; o atendimento à demanda apresentada no campo, local em que há carência de professores qualificados para o ensino de diversas áreas, incluindo-se Artes e Música; além do auxílio à superação das desvantagens educacionais, observando os princípios de igualdade e gratuidade quanto às condições de acesso.

Serão beneficiados anualmente 120 (cento e vinte) discentes oriundos da área rural, para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados. Estes discentes serão selecionados mediante processo seletivo específico, que garanta o acesso democrático ao Curso.

O curso tem caráter regular e apoia-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o tempo-escola e o tempo comunidade. As atividades tempo-escola serão realizadas nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, e, durante encontros sistemáticos no intervalo de cada tempo-escola, parte constituinte das disciplinas e do Seminário Integrador.

As atividades que configuram a dimensão tempo-comunidade serão realizadas no espaço sócio profissional do aluno, para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis. Esta dimensão se concretizará em sala de aula, a cada retorno para as atividades de tempo-escola, mediante discussões e socializações.

A operacionalização do curso dar-se-á por meio da organização de dezoito turmas com núcleos de estudos básicos, o que significa que cada ano, entrarão duas turmas (de 60 estudantes. Isso deverá se repetir nos dois anos subsequentes, com a entrada anual de 120 estudantes, totalizando um público de 360 estudantes ao todo. Posteriormente o Curso continua, mas sem a obrigatoriedade de entrada anual de 120 acadêmicos.

Segundo dados do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA (2004), no que se refere a educação entre os assentados:

A Região Norte tem 390.752 famílias assentadas. Apresenta um índice médio de pessoas não alfabetizadas de 14,74%; 44,89% tem nível de escolaridade de 1ª a 4ª série e apenas 27,41% cursaram o nível fundamental completo. 6,72% tem o ensino médio incompleto; 4,99% completaram o ensino médio e menos de 1% completou algum curso de nível superior ou está cursando. (PRONERA, 2004)

Já a pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (PRONERA-TO) em 2010, nos projetos de assentamentos, constatou-se que dos 100% dos assentados/as, 44% tinham 18 anos, sendo que destes 12,3% frequentavam a escola, 87,7% estavam fora da escola e 21,18% tinham escolaridade do 5º até ao 9º ano e apenas 7,6% concluíram o ensino médio.

Nesse sentido o índice de escolaridade no Estado do Tocantins é baixo, e as políticas públicas educacionais têm ocorrido de forma descontinuada e, muitas vezes, não atendem a perspectiva dos jovens camponeses, por não considerar o lugar, a cultura e a forma de produção do campo como elementos essenciais à educação.

Considerando o aspecto exposto, a organização curricular do presente curso prevê etapas presenciais (equivalentes a semestres de cursos regulares) em regime de alternância entre Tempo-Espaço Universidade e Tempo-Espaço Comunidade, tendo em vista a articulação intrínseca entre educação e a realidade específica das populações do campo, bem

como a necessidade de facilitar o acesso e a permanência no curso dos professores em exercício, na intenção de se evitar que o ingresso de jovens e adultos na educação superior reforce a alternativa de que estes sujeitos deixem de viver no campo.

Assim, foi construído este projeto, de forma a fazer eco com o esforço nacional que integra o Ministério da Educação e Cultura, Movimentos Sociais, entidades, MDA/INCRA/PRONERA Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e Universidades os quais estão na gestão da política nacional de Educação do Campo.

3- BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

As ações humanas são carregadas de sentido, não de um sentido construído por um indivíduo de forma isolada, mas produto da coletividade, marcado por conflitos e contradições, expresso em suas manifestações histórico-culturais. Há a dimensão emancipatória neste processo que creditamos à universidade, pois, em tempos obscuros, precisamos reafirmar processos de resistência e de emancipação de sujeito. Entendemos que é a formação deste sujeito que deve constituir-se em fonte de orientação da educação formal e acadêmica. O curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Tocantins – UFT pretende, no seu horizonte utópico, mas também no praxiológico, contrapor-se a dominação e a exclusão historicamente imposta aos povos que habitam o campo.

A luta principal da Educação do Campo tem sido por políticas públicas que garantam o direito da população do campo à educação, e a uma educação que seja **no** e **do** campo. Um dos fundamentos da Educação do Campo é que só há sentido em construir processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo, vinculados à construção de outro tipo de modelo de desenvolvimento. A base fundamental de sustentação da Educação do Campo é que o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; de novas relações entre o rural e o urbano. São relações que revelam vários tipos e formas de ocupação do espaço no campo brasileiro e no Estado do Tocantins.

Uma conquista deste processo, foi a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Neste sentido, a UFT ainda não conseguiu dar uma resposta objetiva a essas questões que envolvem a educação, a cooperação e a luta pela terra no Estado do Tocantins. O curso de Licenciatura em Educação do Campo pretende promover este diálogo histórico com as organizações sociais e sindicais do campo. Por outro lado, procura instituir e fortalecer o debate em torno da educação do campo por meio da criação de um curso de licenciatura que pretende institucionalizar uma política de educação do campo no âmbito superior na Universidade Federal do Tocantins – UFT. Conta com um arcabouço legal, a saber:

1. Artigo 28 da Lei n 9.394/96 da LDB, estabelece o direito aos povos do campo a um sistema de ensino adequado à sua diversidade sócio-cultural, para as necessárias adaptações

de organização, metodologias e currículos as “peculiaridades da vida rural e interesses dos alunos da zona rural”;

2. Parecer CNE/CP 009/2001 e Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

3. Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002, - institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura plena de formação de professores da educação básica em nível superior;

4. Resolução nº 03/97, do Conselho Nacional de Educação (CNE), fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

5. O Parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002 institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo inovam em diferentes artigos sobre organização da escola, trato com o conhecimento e com a prática pedagógica, salvaguardando para as populações do campo uma educação emancipatória, associada às soluções exigidas à qualidade social dos povos do campo para um novo desenvolvimento.

Ainda, o art. 3º, há um reconhecimento do poder público na garantia da universalização do acesso da população do campo à educação básica. Os artigos 5º, 7º, 8º, 9º, e 10º trazem alterações para a organização do trabalho pedagógico, organização curricular e tempo pedagógico. Com uma gestão compartilhada, a escola do campo ganha um caráter abrangente, dialógico, flexível e dinâmico. A realidade dos sujeitos é o princípio e o fim da prática pedagógica. O estudo é relacionado ao trabalho e à diversidade do campo em todos seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, e poderá ser realizado em diversos espaços pedagógicos e tempos diferenciados de aprendizagem.

Nos artigos 12º e 13º a formação dos profissionais da educação do campo de acordo com o artigo 67 da LDB, prevê ao sistema de ensino a formação inicial e continuada em todos os níveis e modalidades com aperfeiçoamento permanente dos docentes, indicando aos Centros Formativos componentes para formação.

A formação deverá ser realizada em processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria, pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria-prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, será mantida, quando couber, estreita articulação com institutos, departamentos e cursos de áreas específicas de outras IFES.

A construção de um currículo interdisciplinar: caminhos possíveis

Buscar caminhos e pistas para a construção de um currículo interdisciplinar nos remete à necessidade de uma formulação teórica capaz de dar sustentação às proposições que assumam como princípios pedagógicos:

- a formação contextualizada
- a realidade e as experiências das comunidades do campo como objeto de estudo fonte de conhecimentos;
- a pesquisa como princípio educativo;
- a indissociabilidade teoria-prática;
- o planejamento e ação formativa integrada entre as áreas de conhecimento [interdisciplinaridade];
- os alunos como sujeitos do conhecimento;
- e a produção acadêmica para a transformação da realidade.
-

O desafio mais impactante na implementação de novos currículos na Universidade Federal do Tocantins (UFT) está na mudança desejada de avançar e, talvez, superar o enfoque disciplinar das nossas construções curriculares para a concepção de currículos integrados, através e por meio de seus eixos transversais e interdisciplinares, caminhando na busca de alcançarmos a transdisciplinaridade. Considerando que desejar é o passo inicial para se conseguir, apostamos que é possível abordar, dispor e propor aos nossos alunos uma “relação com o saber” (CHARLOT, 2000¹), em sua totalidade complexa, multirreferencial e multifacetada.

Nesse fazer, os caminhos já abertos e trilhados não serão descartados, abandonados. As rupturas, as brechas, os engajamentos conseguidos são importantíssimos e nos apoiarão no reconhecimento da necessidade de inusitadas pistas. Portanto, a solução de mudança não está em tirar e pôr, podar ou incluir mais um componente curricular, uma matéria, um conteúdo, e sim, em redefinir e repensar o que temos, com criatividade, buscando o que pretendemos. Essa caminhada será toda feita de ir e vir, avanços e recuos e, nesse movimento de ondas, é

¹ CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

possível vislumbrarmos o desenho de um currículo em “espiral”, ou seja, um trabalho que articula e abrange a dinamicidade dos saberes organizados nos ciclos e eixos de formação.

Essa construção de uma matriz curricular referenciada e justificada pela ação e interação dos seus construtores, com ênfase não-linear, nos conduzirá a arquiteturas de formação não-determinista, com possibilidades de abertura, o que propiciará o nosso projeto de interdisciplinaridade, flexibilidade e mobilidade. Nesse sentido, não tem nem início nem fim, essa matriz tem Fronteiras e pontos de intersecção ou focos. Assim um currículo modelado em uma matriz também é não-linear e não-sequencial, mas limitado e cheio de focos que se interseccionam e uma rede relacionada de significados.

Curricularmente, essa matriz se implementa por meio de um trabalho coletivo e solidário em que o planejamento reconhece como importante deste fazer o princípio da auto-organização da teoria da complexidade. A dialogicidade é fundamental para evitarmos que a própria crítica torne-se hegemônica e maquiada. Desassimilação de hábitos e mudanças de estruturas não são fáceis. É frustrante o esforço que leva a produções sem sentido. Entretanto, não se muda sem alterar concepções, destroçar profundamente conteúdos e rotinas curriculares costumeiras.

O modelo disciplinar linear ou o conjunto de disciplinas justapostas numa ‘grade curricular’ de um curso têm tido implicações pedagógicas diversas e deixado marcas nada opcionais nos percursos formativos. O currículo centrado na matéria e salivado nas aulas magistrais tem postado o conhecimento social de forma paralela ao conhecimento acadêmico. Nesse sentido, “o conhecimento aparece como um fim a-histórico, como algo dotado de autonomia e vida própria, à margem das pessoas” (SANTOMÉ, 1998: 106²), perpassa a ideia de que nem todos os alunos têm condições de serem bem sucedidos em algumas disciplinas, legitimando o próprio fracasso acadêmico. “Um currículo disciplinar favorece mais a propagação de uma cultura da ‘objetividade’ e da neutralidade, entre tantas razões, porque é mais difícil entrar em discussões e verificações com outras disciplinas com campos similares ou com parcelas comuns de estudo” (SANTOMÉ, 1998: 109). Como consequência, as contradições são relegadas e as dimensões conflituosas da realidade social refutadas, como se fosse possível sua ocultação.

A crise que desequilibra valores e posturas do século passado é a mesma que dá forças para alternativas curriculares no século XXI. As críticas tecidas ao currículo disciplinar propõem perspectivar a embriologia do currículo globalizado, currículo integrado ou currículo

² SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

interdisciplinar. Apesar de alguns autores não distinguirem interdisciplinaridade de integração, muitos defendem que interdisciplinaridade é mais apropriada para referir-se à inter-relação de diferentes campos do conhecimento, enquanto que integração significa dar unidade das partes, o que não qualifica necessariamente um todo em sua complexidade. Os currículos interdisciplinares, hoje propostos, coincidem com o desejo de buscar “modos de estabelecer relações entre campos, formas e processos de conhecimento que até agora eram mantidos incomunicáveis” (SANTOMÉ³, 1998: 124). Nessa perspectiva, no desenvolvimento do currículo, na prática cotidiana na instituição, as diferentes áreas do conhecimento e experiência deverão entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente, para contribuir de modo mais eficaz e significativo com esse trabalho de construção e reconstrução do conhecimento e dos conceitos, habilidades, atitudes, valores, hábitos que uma sociedade estabelece democraticamente ao considerá-los necessários para uma vida mais digna, ativa, autônoma, solidária e democrática. (SANTOMÉ, 1998: 125).

O currículo desejado é um convite a mudanças e afeta, é claro, as funções dos professores que trabalham em um mesmo curso. Nossa opção de organização do currículo novo cria ‘colegiados de saberes’ e ‘ilhas de conhecimentos’ que potencializarão a formação de arquipélagos de vivências e itinerâncias participativas. Distancia-se, pois, do currículo disciplinar em que é possível o trabalho isolado, o eu-sozinho e incomunicável. No qual, encontram-se professores que são excelentes em suas disciplinas, mas que por estarem, muitas vezes, preocupados somente com suas matérias, chegam a induzir os alunos a acreditarem e se interessarem por esta ou aquela disciplina em detrimento de outras, por acreditarem que há “disciplinas mais importantes” e outras “menos importantes”.

A construção da realidade social e histórica depende de seus sujeitos, de seus protagonistas. A matriz curricular terá a “cara” ou será o “monstro” que os desenhistas conseguirem pintar a partir da identidade possível construída.

No entanto pode-se falar, conforme (SANTOMÉ, 1998: 206⁴) em quatro formatos de integrar currículos: a) integração correlacionando diversas disciplinas; b) integração através de temas, tópicos ou ideias, c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária; d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes. Além da possibilidade ainda de: 1) integração através de conceitos, 2) integração em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos, 3) integração com base em instituições e grupos humanos, 4)

³ SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

⁴ SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

¹⁹BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CP nº 09/2001 que trata sobre a formação do professor. Brasília, DF, 2001. Acesso realizado em 29/03/2008 em www.mec.gov.br.

integração em torno de descobertas e invenções, 5) integração mediante áreas de conhecimento.

Por meio da implantação do programa de reestruturação e expansão de seus cursos e programas, a UFT objetiva a ampliação do acesso com garantia de qualidade. Os princípios que orientam a construção de suas políticas de formação estão assentados na concepção da educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção do conhecimento, na valorização dos valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania e na luta contra a exclusão social.

Nesse sentido, enfatiza-se que a Universidade não deve apenas formar recursos humanos para o mercado de trabalho, mas pessoas com espírito crítico e humanista que possam contribuir para a solução dos problemas cada vez mais complexos do mundo. Para tanto, propõe o exercício da interdisciplinaridade, com vistas atingirmos a transdisciplinaridade, ou seja, uma nova relação entre os conhecimentos.

4- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Administração Acadêmica

Seguindo orientações dispostas no Regimento Geral da UFT, o curso de Licenciatura em Educação do Campo estará vinculado ao Campus de Arraias. De acordo com o Regimento da UFT, o Diretor de Campus, deve ser eleito pela comunidade acadêmica, para um mandato de quatro anos. Tem competência para atuar nas seguintes ações:

- 1) Representar o Campus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta representação não couber a outro membro do Campus por disposição regimental;
- 2) Promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Campus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- 3) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Campus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- 4) Integrar o Conselho Universitário;
- 5) Encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Campus;
- 6) Apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Campus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;
- 7) Delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto;
- 8) Exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência e representar, perante o Reitor, contra irregularidades ou atos de indisciplina;
- 9) Exercer o controle disciplinar do pessoal pertencente ou ocasionalmente vinculado ao *Campus*;
- 10) Determinar a abertura de sindicância;
- 11) Superintender, coordenar e fiscalizar as atividades do Campus, executando e fazendo executar as disposições estatutárias e regimentais, assim como qualquer outra determinação emitida pelos órgãos superiores da Universidade;
- 12) Deliberar sobre a distribuição das tarefas docentes e de pesquisa, quando, por qualquer motivo, não o tenha feito o Conselho Diretor de Campus.

4.2. Coordenação Acadêmica

A coordenação do curso caberá a um docente com titulação de doutor como prevê o edital, ao qual caberá também a coordenação das atividades acadêmicas do curso. Na medida em que o curso acumular o número mínimo de professores das áreas específicas, este corpo docente e discente poderá optar por reorganizar este projeto pedagógico, principalmente no que diz respeito às ementas das disciplinas específicas.

A coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo tem como instância institucional o Colegiado do Curso. Este é composto por todos os docentes e por representantes discentes.

O Colegiado do Curso é o conselho consultivo e deliberativo, onde são tratadas todas as questões acadêmicas e institucionais que dizem respeito a docentes, discentes e ao próprio Curso. Os discentes representam 30% (trinta por cento) do Colegiado e os docentes 70% (setenta por cento), conforme a legislação (Lei 9.192/95).

As atribuições do Coordenador conforme orientações regimentais da UFT são:

- Atuar junto ao corpo discente, orientando-o quanto às suas matrículas, procurando as possíveis soluções às dificuldades acadêmicas eventualmente apresentadas por estes;
- Buscar atender às solicitações documentais e de execução da Universidade via reitoria e pró-reitorias, permitindo o correto fluxo de informações e documentação;
- Planejar e avaliar as atividades acadêmicas dos semestres subsequentes, atendendo às suas necessidades básicas para o exercício pleno da atividade docente;
- Manter contato com os segmentos externos à Universidade, sempre que solicitado, viabilizando a integração Universidade-sociedade organizada;
- Participar juntamente com os docentes das atividades do colegiado de curso ou equivalente: tanto o coordenador quanto os respectivos docentes compõem o colegiado do curso;
- Reunir semanalmente com representantes da comunidade acadêmica para tratar de assuntos pertinentes ao bom desenvolvimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão do curso, vinculadas ao ensino de graduação.

4.3. Projeto Pedagógico do Curso

4.3.1. Justificativa

A criação de um curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo faz parte de uma ampla ação do Ministério da Educação – MEC, iniciada em 2003, de promover uma política nacional de educação do campo. Essa política começou a ser formulada pela antiga Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, atualmente Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, através da Coordenação Geral de Educação do Campo – CGED.

Em 2002, com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e com a realização, a partir de 2004, de 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo, a SECAD/MEC iniciou diferentes ações visando o fortalecimento da educação do campo no Brasil. Dentre essas, duas ações merecem destaque: a criação do Programa Saberes da Terra, cujo objetivo é garantir a educação dos jovens e adultos do campo através da rede pública de ensino e com uma organização curricular que respeite as especificidades do campo; e a construção de um Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo.

Esses dois programas partem de uma problemática inter-relacionada, qual seja, para se ampliar a inclusão da população do campo na rede pública de ensino é preciso uma organização curricular e metodológica adequada à realidade do campo. Para isso é necessário a existência de profissionais da educação do campo capazes de contribuir com a formulação dessa organização curricular e metodológica e aplicá-la. Por isso, um Plano de Formação desses Profissionais precisa basear-se numa metodologia particular que já seja indutora e experimentadora das escolas do campo que se deseja construir / transformar.

Frente a esse desafio, em 2006, o MEC lançou o edital para as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES com comprovado envolvimento na formação de educadores do campo e na experiência em projetos de gestão compartilhada com sujeitos do campo para a construção de uma graduação em Licenciatura Plena em Educação do Campo. Essas IFES foram: da Bahia (UFBA), de Sergipe (UFS), de Brasília (UNB) e de Minas Gerais (UFMG).

Um olhar histórico, sobre a questão da educação destinada a população residente no meio rural nos leva a um entendimento de um momento de passagem da educação rural a educação do campo.

Existe uma contribuição histórica na educação do campo advinda dos estudos de Werthein e Bordenave (1981),⁵ Calazans (1993), Martins (1992), Fonseca (1992), Queiroz (1997), Leite (1999), Moreira (2000), entre outros, que mostram como o desenvolvimento de projetos educacionais para o campo esteve ligado a projetos de desenvolvimento econômico, objetivando o fortalecimento do capitalismo no campo. Esse processo fica bastante evidente, à medida que somente aparecem as primeiras escolas no meio rural quando se ampliam as necessidades do mercado agrícola e, com isso, a necessidade de mão-de-obra especializada. Por outro lado, também situam possibilidades de avanços possíveis em cada contexto em que produziram suas análises.

Inspirado no dispositivo legal, da educação como direito, instaurado a partir da Constituição de 1988 ocorre a Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo”, conforme mencionado por Damasceno e Beserra (2004), importantes contribuições teóricas, com a marca da luta dos movimentos sociais, portanto fruto do engajamento de seus sujeitos/autores que têm formulando sínteses desse processo, além de encaminhar uma agenda de compromissos a todos os cantos do País e uma passagem político-ideológica da educação rural (herdeira de um passado de negação) à educação do e no campo, buscada a partir das necessidades de seus atores⁶.

Este movimento “Por Uma Educação do Campo” também tem gerado desdobramentos em termos de políticas públicas, como a instituição da Coordenação-Geral de Educação do Campo (CGEC), vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC). A CGEC, juntamente com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), organizou, em 2005, o Primeiro Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação do Campo. Em agosto de 2008, ocorreu o segundo encontro dessa natureza. As universidades vêm aumentando sua contribuição nesse debate.

É certo que todo esse movimento social no campo, aliado a um movimento mais amplo de reconhecimento da educação como direito, tem provocado alterações profundas no cenário nacional e tem encaminhado objetivamente propostas e políticas públicas no contexto do reconhecimento e da aceitação das especificidades e diversidades no campesinato brasileiro, que merecem e devem ser considerados na educação do campo.

⁵ Com prefácio de Paulo Freire, que mostra sua familiaridade e cumplicidade com boa parte dos autores do livro.

⁶ Kolling, Ir. Nery e Molina, 1999; Arroyo e Fernandes, 1999; Benjamin e Caldart, 2000; Kolling, Cerioli e Caldart, 2002; Arroyo, Caldart e Molina, 2004; Molina e Jesus, 2004.

O marco institucional e legal que deflagra o debate da universalização educacional está referenciado na Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais (Presidência da República Federativa do Brasil, 1988).

Entretanto, apesar de uma década de considerável melhoria no tocante ao acesso à educação, com uma taxa de atendimento de 96,4% das crianças de 7 a 14 anos e uma taxa de escolarização de 94,3%, ainda permanecem os problemas da baixa qualidade dos sistemas de ensino (Ministério da Educação, 2004).

Nesta perspectiva, segundo Silva (2008), uma das restrições para o alcance da universalização com qualidade e o aumento dos índices de conclusão do ensino fundamental se encontra relacionada à efetividade da educação presente no meio rural brasileiro.

É no meio rural que se encontram os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade brasileira. O meio rural tem uma população (nesse espaço residente) de aproximadamente 32 milhões de brasileiros (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2005), isto é, apesar da intensa urbanização ocorrida nas últimas décadas, cerca de um quinto da população do nosso país encontra-se vivendo no meio rural.

Apesar, de o contexto educacional brasileiro apresentar algumas iniciativas e expectativas por parte do Estado e sociedade voltadas à educação das populações rurais, algumas apenas com enfoque instrumental e outras partindo do reconhecimento das particularidades culturais e singularidades do povo do campo, Pereira e Nascimento (2003) afirmam, entretanto, que no Brasil, não houve políticas públicas de educação, que viessem atender as reais necessidades dos camponeses.

Neste tocante, faz-se imprescindível salientar a necessidade de uma mudança paradigmática da educação rural para a Educação do Campo. No paradigma da Educação do Campo busca-se a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor (Ministério da Educação, 2004).

O Projeto ora apresentado pretende problematizar a formulação e a implementação de uma política educacional voltada para a população do campo com atendimento de suas particularidades. Para tal, o projeto educacional estabelece transversalidade com a dinâmica da realidade social, para cumprir em primeira instância sua função social em detrimento de sua função instrumental.

O objetivo é o de promover uma educação, formação e profissionalização alternativa mais apropriada à realidade do campo, de modo a incentivar a permanência do jovem na sua própria região, criando alternativas de trabalho e renda. O ensino no campo, tradicionalmente, não contempla as especificidades e as necessidades da população que vive no meio rural.

Neste sentido, alguns problemas educacionais encontrados nas escolas no meio rural dão origem à necessidade de uma proposta educacional específica para o campo. Ressalte-se aqui, a formação de um novo arcabouço teórico-conceitual e empírico – a Pedagogia da Alternância – que vai ao encontro dessa necessidade explicitada. A Pedagogia da Alternância se caracteriza por alternar a formação do acadêmico entre momentos no ambiente escolar e momentos no ambiente familiar/comunitário. A proposta é desenvolver um processo de ensino-aprendizagem contínuo em que o acadêmico percorre o trajeto comunidade – universidade – comunidade. Inicialmente, em sua realidade, o acadêmico se volta para a observação, pesquisa e descrição da realidade sócio-profissional do contexto no qual se encontra. Em seguida, o acadêmico vai à universidade, onde socializa, analisa, reflete, sistematiza, conceitua e interpreta os conteúdos identificados na etapa anterior; e por fim, o acadêmico volta para sua realidade, dessa vez com os conteúdos trabalhados de forma a experimentar e transformar a realidade sócio-profissional, de modo que novos conteúdos surgem, novas questões são colocadas, podendo ser novamente trabalhadas no contexto escolar.

De um modo geral, a Pedagogia da Alternância pauta-se na experiência prática do estudante, com o conhecimento empírico e a troca de conhecimento com atores do sistema tradicional de educação, e também, com membros da família e da comunidade na qual vive, sujeitos que podem fornecer-lhe ensinamentos sobre aquela realidade.

Assim, este projeto pretende pensar a política pública educacional a partir de uma mudança paradigmática, que toma a Pedagogia da Alternância como alternativa de escolarização para o meio rural, que possibilite ao acadêmico ter acesso à universidade e, ao mesmo tempo, contribui para a sua permanência (se assim desejar) junto à família, à sua cultura e às atividades produtivas. Ou seja, como unidade conceitual e metodológica de práticas sustentáveis de possibilidade de permanência do povo do campo.

Nesse contexto, este Projeto justifica-se pela motivação em compreender como o setor educacional se desenvolveu no Brasil, principalmente, no tocante a educação no campo. A população rural no Brasil enfrenta graves problemas de educação. Docentes sem formação necessária, a falta de apoio às iniciativas de renovação pedagógica e a existência de currículos

deslocados das necessidades e das questões do campo prefiguram dentre um amplo mosaico de contradições que produz graves conseqüências sociais e humanas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).

O campo detém especificidades de uma realidade social, política, econômica e cultural bastante complexa, que se caracteriza por diferentes espaços e dinâmicas socioeconômicas. Nesta perspectiva, as formas específicas de organização do tempo e do espaço de aprendizagem escolar, preconizadas pela Pedagogia da Alternância, constituem uma alternativa possível para o cumprimento do direito à educação e para o enfrentamento das problemáticas que envolvem não só a educação formal dos moradores do campo.

A realidade verificada na Região Norte, não difere do quadro observado em âmbito nacional. A Região Norte ocupa desde o ano 2000 o segundo lugar dentre as regiões do país, com maior percentual de residentes na área rural, ficando atrás apenas do Nordeste brasileiro. A conseqüência da não observância da população que vive no campo produz resultados socioeconômicos graves. A formação não voltada para as especificidades do campo também se reflete em baixos índices de produtividade pelo uso de técnicas inadequadas à realidade de cada região.

Neste contexto, o recorte deste Projeto justifica-se pela necessidade de avançar com a universalização da educação em uma região carente de condições socioeconômicas capazes de promover uma melhoria da qualidade de vida das populações residentes.

Na atualidade, é necessário resguardar as populações rurais nas comunidades que habitam e trabalham, oferecendo ações sociais, qualidade de vida e cidadania, assim como orientações corretas quanto ao processo produtivo. Assim sendo, estas comunidades poderão permanecer nestes lugares contribuindo desta forma com a redução do êxodo rural, prática ainda constante no espaço amazônico como um todo; bem como oportunizar uma reflexão não distanciada de suas relações de produção econômica e de suas identidades sócio-culturais.

Com a proposição da Licenciatura Plena em Educação do Campo⁷ pretende-se “preparar educadores para uma atuação profissional que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos na escola e no seu entorno”. Para isso o Curso deve tanto formar educadores para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, como propiciar as bases de organização do trabalho escolar e pedagógico, a partir de

⁷ As informações a seguir são oriundas do documento intitulado Licenciatura (Plena) em Educação do Campo, encaminhado pelo MEC às IFES que apresentaram proposta ao Procampo. Esse documento foi aprovado pela plenária do GPT de Educação do campo em 6 de abril de 2006 e na plenária da Câmara Temática de Formação do MEC em 07 de abril de 2006.

estratégias de formação para a docência multidisciplinar em uma organização curricular por áreas do conhecimento.

4.3.2. Objetivo do Curso

Pretende-se formar um profissional capaz de: (i) exercer a docência multidisciplinar, a partir da área de conhecimento propostas, a saber: Códigos e Linguagens; (ii) participar da gestão de processos educativos escolares; (iii) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, para além da prática escolar.

- **Objetivos do Curso**

Objetivo Geral: Realizar uma formação contextualizada na área de Artes e Música que possibilite ao discente de Licenciatura uma identidade na área de formação de educadores/as politicamente comprometida com a cultura, as lutas sociais e com o campo brasileiro.

- **Objetivos Específicos:**

- Formar professores para o exercício da docência na área de conhecimento Códigos e Linguagens nos anos finais do ensino Fundamental e Ensino Médio com foco em Artes-Música e Artes Visuais em consonância com a realidade social e cultural específica das populações que trabalham e vivem no e do campo;
- Formar sujeitos humanos autônomos e criativos capazes de inventar soluções para questões inerentes à sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável;
- Garantir uma reflexão/elaboração político/pedagógica específica sobre a educação para o trabalho, a educação técnica, tecnológica e científica a ser desenvolvida especialmente na Educação Básica de nível médio e nos anos finais da educação fundamental;
- Contribuir na construção de alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, com a necessidade e a qualidade exigida pela dinâmica social em que seus sujeitos se inserem e pela histórica desigualdade que sofrem;

- Articular durante todo o percurso formativo do curso ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão voltadas para demandas da Educação do Campo num diálogo entre o Tempo-Espaço Universidade e o Tempo-Espaço Comunidade.

4.3.3. Perfil Profissiográfico

O perfil do Licenciado em Educação do Campo a partir da formação comum da docência na Educação Básica está estruturado de forma a garantir uma consistente formação teórica, uma diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso. Tem uma sólida formação de base generalista, crítica e ética, possibilitando ao cidadão-profissional aprofundamento em áreas de conhecimento do Curso e desenvolvendo uma preocupação com a formação continuada.

Almeja-se para a formação do profissional da educação, que ele tenha domínio dos conteúdos e a compreensão crítica daquilo que ensina e faz; conheça as novas tecnologias e que as utilize, de acordo com o projeto político de emancipação das classes menos privilegiadas; tenha na sua formação uma especificidade que contribua para o trabalho coletivo e interdisciplinar na escola; e tenha a compreensão das relações entre a escola e a sociedade.

4.3.4. Competências, atitudes e habilidades

O curso deve proporcionar as competências, atitudes e habilidades coerentes com seus objetivos e com o perfil profissional. Em um curso desta natureza que forma o licenciado em educação do campo, tendo como base a docência para atuar como professor multidisciplinar, pretende-se desenvolver no estudante a capacidade de:

- analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias;
- interpretar a prática educativa a partir dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, regional e local;
- resolver situações-problemas que exijam análise, síntese, avaliação e aplicação de conhecimentos;
- utilizar formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados; bem como compreender as transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias;

- articular os conhecimentos científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica e com a realidade dos alunos;
- posicionar-se criticamente frente à realidade de forma a contribuir no processo de construção social consciente e criativamente;
- propor formas de interação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e outras práticas sociais concebendo-as como espaços educativos;
- respeitar e tolerar as diferenças - pluralidade de idéias e concepções -, contribuindo para o convívio democrático e o desenvolvimento da sensibilidade ética e da solidariedade;
- manter-se informado sobre as transformações sociais e sobre os novos conhecimentos produzidos, de forma a definir e redefinir o seu papel de educador;
- demonstrar autonomia intelectual no exercício de sua atividade ao tomar decisões e apresentar soluções alternativas no tratamento das questões educativas;
- apresentar condições teórico-metodológicas para coordenar e executar programas, projetos e experiências vinculadas a processos formais de escolarização e processos não-formais de práticas alternativas em educação;
- compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diferentes áreas do conhecimento para produzir a teoria pedagógica;
- identificar os processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social concreta que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas, nos demais lócus educativos;
- buscar articulações que permitam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico;
- vivenciar o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;
- implementar formas de gestão democrática na escola, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola;
- assumir o compromisso de contribuir para a melhoria da educação e das condições sociais sobre as quais ela se dá;
- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

- promover diálogo sobre valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo do campo;
- atuar como agentes interculturais, com vistas a valorização e o estudo de temas relacionados à educação do campo.

4.3.5. Campo de atuação profissional

O campo de atuação do Licenciado em Educação do Campo pode abranger as seguintes áreas:

- Docência na Educação Fundamental, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos adquiridos de forma multidisciplinar em uma área de conhecimento prevista, especialmente nas escolas do campo;
- Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação do campo e escolas rurais / do campo;
- Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares;
- Atuação pedagógica junto às comunidades rurais, no desenvolvimento trabalho pedagógico com as famílias, grupos sociais, cooperativas, associações e movimentos sociais, junto às lideranças e equipes e para a implementação (técnica e organizativa) de projetos de desenvolvimento comunitário sustentável;
- Atuar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos do campo em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.

4.3.6. Organização Curricular

4.3.6.1. Conteúdos Curriculares

A objetivação do processo de formação acadêmica da LPEC será buscada tomando como ponto de partida o resgate e estudo dos elementos que compõem a memória, saberes, valores, costumes e práticas sociais e produtivas dos sujeitos do campo, da agricultura

familiar e da sustentabilidade, buscando a partir da prática da pesquisa por eixos temáticos fomentar a análise e compreensão acadêmica interdisciplinar sobre as características sócio-culturais e ambientais, que demarcam o território de existência coletiva destes sujeitos, tendo em vista compreender em sua complexidade os conflitos e contradições que determinam tal existência e desenvolver a capacidade teórico-prática para pensar-organizar-fazer uma escola básica do campo que construa uma formação crítico-criativa, comprometida com os princípios de uma pedagogia emancipatória.

Assim, o curso assume como princípios pedagógicos:

- a formação contextualizada
- a realidade e as experiências das comunidades do campo como objeto de estudo fonte de conhecimentos;
- a pesquisa como princípio educativo;
- a indissociabilidade teoria-prática;
- o planejamento e ação formativa integrada entre as áreas de conhecimento [interdisciplinaridade];
- os alunos como sujeitos do conhecimento;
- e a produção acadêmica para a transformação da realidade.

Da mesma forma que o curso exige do educando um exercício teórico-metodológico pautado na pesquisa inter e pluridisciplinar, a ação docente também deverá se pautar numa perspectiva pedagógica que permita o rompimento das barreiras disciplinares.

Está no cálculo do projeto que os professores que atuarão no curso devem pautar suas ações docentes nos eixos que orientam a formação do educando. Assim sendo, a cada momento inicial de etapa, haverá encontros de planejamento integrado envolvendo os docentes que atuarão naquela etapa nas diferentes áreas do conhecimento, com a finalidade de estreitar o diálogo em torno do eixo que norteia aquela etapa do curso. Serão criados espaços de encontros, estudos de grupos, grupos de pesquisa que devem favorecer ações integradas entre professores e áreas de conhecimento. Além disso, a cada início de etapa, cada professor deve socializar o seu percurso teórico metodológico a ser adotado, de acordo com a orientação dos eixos e as problemáticas por eles endereçadas. O que se espera, portanto, é a construção de possibilidades de trabalhos coletivos no interior da universidade, no sentido de re-significar práticas docentes em prol de um Projeto de Educação do Campo.

- **Núcleos de Formação:** A matriz curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo propõe a organização e desenvolvimento do processo formativo através de três núcleos distintos e inter-relacionados, contemplando momentos de estudo comum, momentos de estudo específico e momentos livres de aprofundamento de conhecimentos. Nesta perspectiva, se propõem a seguinte estrutura curricular:

- **Núcleo Comum:** aglutinará os conteúdos acadêmicos referentes à área de Linguagens de Códigos e Linguagens, focando os estudos necessários à construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades da docência; à compreensão dos aspectos que envolvem o desenvolvimento aprendizagem em geral e o desenvolvimento da linguagem oral e escrita; ao aprendizado dos fundamentos da pesquisa em educação; à compreensão das características e práticas próprias da agricultura familiar; e à compreensão das questões que envolvem a realidade do campo no Brasil e na Amazônia.

- **Núcleo Específico:** aglutinará os conteúdos específicos referentes a área de conhecimento Códigos e Linguagens, focando os estudos necessários à construção de conhecimentos e habilidades docentes especializadas por área; à reflexão epistemológica de cada área; ao aprendizado dos fundamentos da pesquisa por área; e a compreensão de aspectos da realidade do campo em acordo com aquilo que é próprio da área.

- **Núcleo de Atividades Complementares:** As atividades complementares correspondem a 200 horas e deverão ser cumpridas ao longo do curso. Consistem em momentos de vivência nos ambientes e situações no âmbito dos conhecimentos teórico-práticos nas áreas de abrangência do curso, onde o educando ampliará sua formação prática como componente curricular. São consideradas atividades complementares aquelas vivenciadas ao longo do curso através de atividades de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvidas na forma de monitorias, excursões, pesquisas de campo, estágios não obrigatório, participação em eventos (seminários, debates, palestras, cursos, minicursos, oficinas, etc.).

O núcleo comum e o específico realizar-se-ão durante oito etapas de uma forma intercalada a cada Tempo-Espaço Universidade, sendo que cada etapa deverá iniciar com atividades do núcleo comum, realizando-se em seguida as atividades do núcleo específico e concluindo-se a etapa novamente com atividades do núcleo comum. Espera-se que a pesquisa

a ser construída em cada Tempo-Espaço Comunidade estimule as atividades de estudo próprias de cada núcleo a cada Tempo-Espaço Universidade.

Nas duas últimas etapas, espera-se que o conjunto de estudos produzido a partir dos dados da pesquisa construída ao longo do curso em cada Tempo-Espaço Comunidade, se constitua em um diagnóstico sócio-cultural, ambiental e econômico que estimule durante estas etapas debates e reflexões que gerem como Trabalho de Conclusão de Curso projetos de ação voltados a educação do campo na região.

Disciplinas que compõem a dimensão pedagógica do curso: As disciplinas que compõem a dimensão pedagógica, em atendimento ao art. 11 da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que prevê que sua carga horária seja no mínimo a quinta parte do total do curso são:

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
	História da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Introdução à Filosofia	3.1.0	45	15	-	60
	Sociologia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Filosofia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	História, Identidade e Memória dos povos do Campo	3.1.0	45	15	-	60
	Psicologia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo	3.1.0	45	15	-	60
	Didática Geral	3.1.0	45	15	-	60
	Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-	60
	Fundamentos do ensino e aprendizagem em artes visuais	3.1.0	45	15	-	60
	Práticas Pedagógicas da Educação do campo	3.2.0	45	30	-	75
	Educação e Meio Ambiente	3.1.0	45	15	-	60
	Educação para Relações étnico-raciais, gênero e diversidade	3.1.0	45	15	-	60
Total		39.14.0	585	210	-	795

4.3.6.2. Matriz Curricular

1º. Semestre – Bloco I

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total

	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-	-	15
	Metodologia Científica	3.1.0	45	15	-	60
	História da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Estado, Sociedade e Questões Agrárias	3.1.0	45	15	-	60
	História da Arte	3.1.0	45	15	-	60
	Introdução à Filosofia	3.1.0	45	15	-	60
	Introdução à Teoria Musical	3.1.0	45	15	-	60
	Introdução à Sociologia	3.1.0	45	15	-	60
	Total	22.7.0	315	105	-	435

2º. Semestre – Bloco II

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico Prático	Total
	Psicologia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Sociologia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Filosofia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Produção de Gêneros Acadêmicos I	3.1.0	45	15	-	60
	História, Identidade e Memória dos povos do Campo	3.1.0	45	15	-	60
	Percepção Visual	3.1.0	45	15	-	60
	Total	18.6.0	270	90	-	360

3º. Semestre – Bloco III

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico Prático	Total
	Movimentos Sociais	3.1.0	45	15	-	60
	Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo	3.1.0	45	15	-	60
	Teoria Política	3.1.0	45	15	-	60
	Produção de Gêneros Acadêmicos II	3.1.0	45	15	-	60
	Percepção e Notação Musical I	3.1.0	45	15	-	60
	Estética e Filosofia da Arte I	3.1.0	45	15	-	60
	Total	18.6.0	270	90	-	360

4º. Semestre – Bloco IV

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico Prático	Total
	Percepção e Notação Musical II	3.1.0	45	15	-	60
	Didática Geral	3.1.0	45	15	-	60
	Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-	60
	Voz I	3.1.0	45	15	-	60

	História da Música Brasileira	3.2.0	45	30	-	75
	Estética e Filosofia da Arte II	3.1.0	45	15	-	60
Total		18.7.0	270	105	-	375

5º. Semestre – Bloco V

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico Prático	Total
	Fundamentos do Ensino e Aprendizagem em Artes Visuais	3.1.0	45	15	-	60
	O Canto na Música Popular	3.1.0	45	15	-	60
	Voz II	3.1.0	45	15	-	60
	Práticas Pedagógicas da Educação do Campo	3.2.0	45	30	-	75
	Estágio Curricular Supervisionado I	3.1.0	45	15	-	60
	Metodologia do Ensino de Artes I	3.1.0	45	15	-	60
Total		18.7.0	270	105	-	375

6º. Semestre – Bloco VI

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico Prático	Total
	Laboratório de desenho e gravura	3.1.0	45	15	-	60
	Laboratório de Pintura	3.1.0	45	15	-	60
	Estágio Curricular Supervisionado II	0.6.0	00	90	-	90
	Optativa I	3.1.0	45	15	-	60
	Estética e Poética Camponesa	3.1.0	45	15	-	60
	Laboratório de Fotografia	3.1.0	45	15	-	60
	Metodologia do Ensino de Artes II	3.1.0	45	15	-	60
Total		18.12.0	270	180	-	450

7º. Semestre – Bloco VII

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico Prático	Total
	Libras	3.1.0	45	15	-	60
	Teoria e Crítica de Arte	3.1.0	45	15	-	60
	Trabalho de Conclusão de Curso I	3.1.0	45	15	-	60
	Estágio Curricular Supervisionado III	0.8.0	-	120	-	120
	Optativa II	3.1.0	45	15	-	60
Total		12.12.0	180	180	-	360

8º. Semestre – Bloco VIII

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico Prático	Total
	Educação para Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	3.1.0	45	15	-	60
	Optativa III	3.1.0	45	15	-	60
	Trabalho de Conclusão de Curso II	0.4.0	-	60	-	60
	Educação e Meio Ambiente	3.1.0	45	15	-	60
	Estágio Curricular Supervisionado IV	0.9.0	-	135	-	135
Total		9.16.0	135	240	-	375

OPTATIVAS						
Código	Nome das Disciplinas	Crédito	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico prático	Total
	Percussão	3.1.0	45	15	-	60
	Viola/Violão I	3.1.0	45	15		60
	Viola/Violão II	3.1.0	45	15		60
	Sopro I	3.1.0	45	15		60
	Sopro II	3.1.0	45	15		60
	Teclado I	3.1.0	45	15		60
	Teclado II	3.1.0	45	15		60

	Crédito	Horas
Disciplinas Obrigatórias	167	2.505
Disciplinas Optativas	12	180
Estágio Supervisionado	27	405
Atividades Complementares	14	210
Carga Horária Total do Curso	220	3.300

4.3.6.3. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

A disciplina, de acordo com o Decreto 5.626 de 2005 é disciplina obrigatória na matriz curricular, constando do 7º semestre/bloco do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

4.3.6.4. Ementário

1º SEMESTRE

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso	CARGA HORÁRIA: 15 horas
EMENTA: Abordagem do Currículo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área de concentração: Artes e Música. Apresentação das instâncias da unidade gestora, da UFT e de suas competências.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FREIRE, V. (org). Horizontes da Pesquisa em Música . Rio de Janeiro:7 Letras, 2010. PERRENOUD, P. 10 novas competências para ensinar . Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000. SANTOMÉ, J. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. SOUZA, J. et al. O que faz a música na escola?: concepções e vivências de professores do ensino fundamental . Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Música, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANTUNES, C. Como transformar informações em conhecimento . Petrópolis: Vozes, 2002. BEYER, E. (Org.). Ideias em Educação Musical . Porto Alegre: Mediação, 1999. FONTERRADA, M. A educação musical no Brasil: algumas considerações In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 12, 1993. Anais. Porto Alegre: ABEM, 1993. FORQUIN, J. Cultura e escola: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar . Porto Alegre: Art Médicas, 1993. MARTINS, J. O poder do atraso . São Paulo: Hucitec, 1994. KAUTSKY, K. A questão agrária . São Paulo: Nova Cultural, 1986.	

DISCIPLINA: Metodologia Científica	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Metodologia de estudo e do trabalho acadêmico. Elaboração de projeto e trabalho científico. Problemas e formas de conhecimento. Origem e evolução da ciência e do método científico. Tipos de pesquisa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2006. _____. Técnicas de pesquisa . São Paulo: Atlas, 2008. PÁDUA, E. M. M. de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática . Campinas-SP: Papirus, 2004. SEVERINO, A. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Cortez, 2007. SOUZA, A. C.; FIALHO, F. e OTANI, N. TCC: métodos e técnicas . Florianópolis: Visual Books, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.
 DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
 FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.
 MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
 MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

DISCIPLINA: História da Educação	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Compreensão da história da educação, seus fundamentos teórico-metodológicos e sua importância para a formação do educador. Estudo das principais teorias práticas educacionais desenvolvidas ao longo da história da humanidade, além de uma visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARANHA, M.L.A. História da educação . São Paulo: Moderna, 2006. MANACORDA, M. História da Educação . São Paulo: Ática, 2002. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar . 17. ed. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 2001. ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil . 25.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GERMANO, J. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985) . Cortez, 1994. LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M. & VEIGA, C. G. 500 Anos de Educação no Brasil . Belo Horizonte: Autêntica, 2000. LUZURIAGA, L. História da educação e da pedagogia . 18. ed. São Paulo: Nacional, 1990. MARROU, H. I. História da educação na antigüidade . 5. ed. São Paulo: EPU, 1990. MONROE, P. História da educação . 18 ed. São Paulo: Nacional, 1985. TOBIAS, J. A. História da educação brasileira . 4. ed. São Paulo: Ibrasa, 1986. XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M. História da educação: a escola no Brasil . São Paulo: FTD, 1994 (Coleção Aprender e Ensinar).	

DISCIPLINA: Estado, Sociedade e Questões Agrárias	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Teorias do Estado na sociedade capitalista e sua produção. O papel do Estado na elaboração de políticas sociais e educacionais. O que é questão agrária. A evolução da situação de posse e uso da terra no Brasil e a formação do campesinato brasileiro. Diferentes teses clássicas sobre a questão agrária brasileira. Debate atual sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento do campo.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IANNI, O. **A Luta pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1978.

MARTINS, J. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PRADO Jr, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASTANHO, S. Globalização, redefinição do Estado Nacional. In: LOMBARDI, J. C.: **Globalização, pós-modernidade e educação**. Campinas: Autores Associados; Caçador: UnC, 2001.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: Flacso do Brasil, 1991.

MARTINS, J. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

DISCIPLINA: História da Arte

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Conceito de arte. Manifestações das artes na história da Humanidade. O alvorecer da modernidade na arte e a herança da arte europeia nas Américas. Renascimento e Maneirismo. Barroco e Rococó. Neoclassicismo. Romantismo. Realismo. Impressionismo. Pós-Impressionismo e gravura japonesa. Simbolismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARGAN, G. C. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, J. de S. **Teatro grego - Tragédia e comédia**. Editor: Vozes/Local: Petrópolis - RJ - Brasil/Ano: 1988.

GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

JANSON, H. W. **História geral da arte: renascimento e barroco**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, A. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BRONOWSKI, J. **Arte e conhecimento: ver, imaginar e criar**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

CUMMINING, R. **Para entender arte**. São Paulo: Ática, 1996.

LIMA, L. C. (org). **Teorias da Cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

STRICKLAND, C. **Arte comentada: da pré-história ao pós-moderno**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

DISCIPLINA: Introdução à Filosofia

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Origens do pensamento filosófico: do mito à razão. As relações homem-mundo como tema fundamental do conhecimento. O senso comum, a ciência e a Filosofia como saber reflexivo e crítico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARISTÓTELES. **A Metafísica**. Porto Alegre: Globo, 1969.
 ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
 DESCARTES, R. **Obra Escolhida**. São Paulo: Bertrand, 1995.
 HOBBS, Th. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
 NIETZSCHE, F. **Além do bem e do mal**. São Paulo: CIA das Letras, 1992.
 PLATÃO. **A República**. São Paulo: Abril Cultural, 1978
 ROUSSEAU, J-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2003.
 CHAUI, M. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
 _____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1998.
 JAEGER, W. **Paideia**: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
 LUCKESI, C.; PASSOS, E. S. **Introdução à Filosofia**: aprendendo a pensar. São Paulo: Cortez, 2002.
 MARITAIN, J. **Elementos de Filosofia I**: introdução geral à filosofia. 18. ed. São Paulo: Agir, 2001.

DISCIPLINA: **Introdução à Teoria Musical**

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Noções básicas de ritmo, escalas, intervalos, leitura musical, harmonia, melodia e estilos musicais. Introdução à Teoria musical básica, necessária para a leitura musical e compreensão geral da partitura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, A. **Contraponto modal**: manual prático. Porto Alegre: Evangraf, 2006.
 MED, B. **Elementos básicos da música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
 _____. **Como ler uma partitura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
 HINDEMITH, P. **Harmonia tradicional**. São Paulo: Vitale, 1949.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENNET, R. **Instrumentos da orquestra**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
 LACERDA, O. **Teoria elementar da música**. São Paulo: Ricordi, 1961.
 MED, B. **Teoria da música**. Brasília: Musimed, 1989.
 MICHELS, U. **Atlas de música**. Lisboa: Gradiva, 2003. v.1.
 _____. **Atlas de música**. Madrid: Gradiva, 2003. v.2.
 SCLIAR, E. **Elementos de teoria musical**. São Paulo: Novas Metas, 1985

DISCIPLINA: **Introdução à Sociologia****EMENTA:**

Sociologia e Ciência. Análise científica da realidade social. A Sociedade de classes: estrutura, reprodução e transformações. Sociologia e História. Sociologia e sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
 MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. Rio de Janeiro Brasiliense, 2001.
 OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.
 VIANA, N. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Autêntica, 2006.
 WEBBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARANTES, A. **O que é cultura popular**. (Col. Primeiros Passos), no. 36, - São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
 BAKTIN, M. **Cultura Popular na Idade Média e Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Hucitec, 1993.
 BAUMMAN, Z.; MAY, T. **Aprendendo a Pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
 BURKE, P. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
 FERNANDES, F. **O folclore em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
 FUNARI, P. **Cultura Popular na Antiguidade Clássica**. Col. Repensando a História. São Paulo: Editora Contexto, 1989.
 SANTAELLA, L. **(Arte) & (cultura): equívocos do elitismo**. São Paulo: Cortez, 1990.
 TURNER, J. H. **Sociologia – conceitos e aplicações**. São Paulo: Makron Books, 2000.
 VILA NOVA, S. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Atlas, 2004.

2º SEMESTRE

DISCIPLINA: Psicologia da Educação	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Abordagem da ciência psicológica quanto à constituição da subjetividade, do desenvolvimento, da aprendizagem, da transformação e das dificuldades de aprendizagem.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAMPOS, D. Psicologia da Aprendizagem . Petrópolis - RJ: Vozes, 1987. CARRARA, K (org.). Introdução à psicologia da educação: seis abordagens . São Paulo: Avercamp, 2004. COUTINHO, M & MOREIRA, M. Psicologia da educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humana voltado para a educação . Belo Horizonte: Ed. Lê, 1993. JOHNSON, L J.; MYKLEBUST, H. R. Distúrbios de aprendizagem . São Paulo: Pioneira, 1991. VIGOTSKI, L. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . São Paulo: Ícone, 2001. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARÍES, P. Psicologia Sócio Histórica . São Paulo: Cortez, 2001. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia . São Paulo: Saraiva, 1999. DAVIDOFF, L. L. Introdução à Psicologia . São Paulo: Makron Books, 2006. DAVIS, C & OLIVEIRA, Z. Psicologia na Educação . São Paulo: Cortez, 1990. FONTANA, R. e CRUZ, N. Psicologia e trabalho pedagógico . São Paulo: Atual, 1997	

MOLON, S. I. **Psicologia Social: Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NYE, R. D. **Três psicologias: ideias de Freud, Skinner e Rogers.** São Paulo: Thompson, 2005.

TELES, M. L.S. **Que é psicologia.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

DISCIPLINA: Sociologia da Educação	CARGA HORÁRIA: 60 horas
<p>EMENTA: Concepções teóricas da educação no campo sociológico clássico e contemporâneo: surgimentos e correntes teóricas. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, representações sociais e espaços educativos.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>GIDDENS, A. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>MEKSENAS, P. Sociologia da educação – introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 13ª edição. São Paulo: Loyola, 2007.</p> <p>NARDI, H. C. Ética, trabalho e subjetividade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.</p> <p>NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G; ZAGO, N. (orgs.). Famílias e escola: trajetórias de escolarização em camadas medias e populares. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>PESSOA, X. Sociologia da educação. Campinas – SP: Ed. Alínea, 2001.</p> <p>REY, F. (org.) Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia. São Paulo: THOMSON, 2005.</p> <p>SAHLINS, M. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.</p> <p>SILVA, T. O que se produz e o que se reproduz em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BRYM, R. (et al). Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006.</p> <p>FERREIRA, D. Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>DEBERT, G. A reinvenção da velhice. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.</p> <p>NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. Bourdieu e a educação. Belo Horizonte: Autentica. 2004.</p> <p>SILVA, T. O sujeito da educação – estudos Foucaultianos. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.</p> <p>TURNER, J. H. Sociologia – conceitos e aplicações. São Paulo: Makron Books, 2000.</p> <p>ZAGO, N, CARVALHO, M & VILELA, R. (orgs). Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p>	

DISCIPLINA: Filosofia da Educação	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Concepções de homem, de mundo e de sociedade e seus desdobramentos em ideais, projetos e práticas educativas e sobre a produção do conhecimento. Concepções Filosóficas da Educação. Relações entre Teorias Pedagógicas e as Teorias do Conhecimento. Práxis, Ética, Estética e Ação Pedagógica. Natureza da atividade filosófica ligada à educação. Formação Integral e a Pesquisa como Princípio Educativo na Educação Básica.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AGOSTINHO. De magistro . São Paulo: Loyola, 1999. ARISTÓTELES. Política . Porto Alegre: Globo, 1968. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. PLATÃO. Mênnon . São Paulo: Loyola, 2001 KANT, I. Da pedagogia . Piracicaba: Unimep, 1999. NIETZSCHE, F. Escritos sobre Educação . São Paulo: Loyola, 2004. ROUSSEAU, J-J. Emílio ou Da educação . São Paulo: Martins Fontes, 1999.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARANHA, M. Filosofia da educação . São Paulo: Moderna, 1996. GILES, Th. Filosofia da Educação . São Paulo: EPU, 1993. PAVIANI, J. Problemas de Filosofia da Educação . 3.ed., Caxias do Sul: EDUCS, 1986. RANCIÈRE, J. O mestre ignorante . Belo horizonte, Autêntica, 2010. SEVERINO, A. J. Filosofia da educação: construindo a cidadania . São Paulo: FTD, 1994.	

DISCIPLINA: Produção de Gêneros Acadêmicos I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Definição de gênero discursivo. Funcionalidade dos gêneros discursivos. Gêneros discursivos e tipos de texto. Critérios para a caracterização de gêneros discursivos. Gêneros discursivos acadêmicos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BAKHTIN, M. Estética da criação verbal . São Paulo: Martins Fontes, 1992. BRAIT, B. (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. LOPES-ROSSI, M. A. G. (org.) Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos . Taubaté: Cabral, 2002. MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação . São Paulo: Cortez, 2001. MOTTA-ROTH, D. (Org.) Gêneros: teorias, métodos, debates . São Paulo: Parábola, 2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARMANI, D. Como elaborar projetos? Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. GANDELMAN, H. Guia básico de Direitos Autorais . Rio de Janeiro: Globo, 1982. MALAGODI, Maria Eugênia; CESNIK, Fábio. Projetos Culturais - elaboração, administração, aspectos legais e busca de patrocínio . São Paulo: Fazendo Arte Editorial, 1998. MILANESI, L. Centros de Cultura: forma e função . Hucitec, São Paulo, 1990.	

MOREIRA DA CUNHA, F; PORTELLA, F; MARGUTTI, M. **Administração de Projetos Culturais**. Rio de Janeiro: Coedição Instituto Cultural Cidade Viva e Universidade Candido Mendes, 2002.

NATALE, E. **Guia Brasileiro de Produção Cultural**. São Paulo: NPA Editora SESC/SP, 1999.

WHITE, L. **Conceito de Sistemas Culturais**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1978.

DISCIPLINA: História, Identidade e Memória dos povos do Campo	CARGA HORÁRIA: 60 horas
--	--------------------------------

EMENTA:

O Brasil Campesino: a multiplicidade dos sujeitos e da cultura (produção, modus vivendi) do Campo. O desenvolvimento do campo: colônia, império, república. Reforma agrária. Resistência no campo: as Ligas Camponesas, as Organizações sociais de Trabalhadores Rurais. Cultura e memória; construções imaginárias e identidades. Memória, identidade e história de vida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, G. L.(org). **Educação no Campo**: recorte no tempo e no espaço. Campinas: Autores Associados, 2009.

CASTELLS, M. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GUZMAN, E. S.; MOLINA, M. G. de. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PALADIM JUNIOR, H. A. **Educação do Campo**: a territorialização e espacialização do MST. São Paulo: Annablume Editora, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, M. I.; MARTINS, A. A. **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. São Paulo: Autentica, 2009.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Editores) **O novo rural brasileiro**: Políticas Públicas. Editora Hortograf, 2000.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MARX, K. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: MARX, K. O Capital. V. 2. São Paulo: Boitempo, 2013

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DISCIPLINA: Percepção Visual	CARGA HORÁRIA: 60 horas
-------------------------------------	--------------------------------

EMENTA:

Estudos sobre a teoria da percepção visual. Sensação, percepção e cognição na visualidade. Fundamentos da Semiótica visual. Leitura e interpretação de obras visuais a partir da percepção: subjetividade e objetividade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARNHEIM, R. **Arte e Percepção visual** - Uma psicologia da Visão Criadora. São Paulo: EDUSP. 1980

ARNHEIM, R. **Intuição e Intelecto na Arte**. São Paulo: Martins Fontes. 2004

AUMONT, J. **A imagem** – Campina: Papyrus. 1993.
 BENJAMIM, W. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
 DANTO, A. “Obras de arte e meras coisas reais”, Obras de arte e meras representações” in: **A transfiguração do lugar-comum**. São Paulo: Cosac & Naif, 2005.
 MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes 1996

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENJAMIM, W. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985
 BERGER, J. **Modos de ver**. São Paulo: Editora Rocco. 1999.
 DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1998.
 LICHTENSTEIN, J. (org). **A pintura** – textos essenciais. Rio de Janeiro: editora 34. 2004.
 REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
 TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. 2. Ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2008.

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: Movimentos Sociais	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Ações Coletivas. Movimentos Sociais. Sujeitos Coletivos. Movimentos Sociais no Brasil. Novos atores sociais. Cidadania Coletiva e Emergência de Espaços Públicos Não Estatais. Redes Sociais e Redes de Movimentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALVAREZ, S. E; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A.(orgs.). Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos . Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. COSTA, S. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais . Rev. bras. Ci. Soc. , Out 1997, vol.12, no.35. FREDERICO, CELSO S. P. Consciência Operária no Brasil . São Paulo: Ática, 1979. GOHN, M. da G. (org.) Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais . Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CAMPOS, A.; POCHMANN, M.; AMORIM, R.; SILVA, R. (orgs.). Atlas da nova estratificação social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial . ,2 ed. vol 2. São Paulo: Cortez, 2004. LE GOFF, J. História e memória . Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. GUERRA, A.; POCHMANN, M.; AMORIM, R; SILVA, R. (orgs.). Atlas da nova estratificação social no Brasil . vol1. São Paulo: Cortez, 2006. GOHN, M. da G. (org.). História dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da cidadania . 3.ed. São Paulo: Loyola, 2003. _____. Educação não-formal, novo associativismo e terceiro setor no Brasil . In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 22, 1999, Caxambu. Anais. Caxambu, 1999.	

DISCIPLINA: Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Legislação da Educação Básica e do Campo e política de formação de professores para o campo (suas especificidades). O histórico da educação do campo no Brasil. Educação do campo e as propostas dos movimentos sociais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANTUNES-ROCHA, M.; MARTINS, A. A. (orgs). Educação do Campo: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. AUED, B.; VENDRAMINI, Célia Regina (orgs). Educação do Campo: desafios teóricos e práticos. Florianópolis: Ed. Insular, 2009. SEVERINO, A. J. Educação, Ideologia e Contra-Ideologia. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino). SAVIANI, D. A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas. 2 ed. São Paulo: Autores Associados, 1997. SAVIANI, D. Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. São Paulo: Autores Associados, 1998. SILVA, E. B.da. A Educação Básica Pós-LDB. São Paulo: Pioneira, 1998.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARELARO, L R. G.; KRUPPA, S. M. P. Educação de Jovens e Adultos. In: OLIVERIA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (orgs.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2007. BRZESZINSKI, Í. LDB/1996: Uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008. CARNEIRO, M. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 17. ed. Atualizada. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. CORRÊA, Bianca C. Educação Infantil. In: OLIVERIA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (orgs.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2007. CURY, C. Os Conselhos da educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. Campinas: Cortez, 2000. FERREIRA, L. A.. O Estatuto da Criança e do adolescente e professor: reflexos na sua formação e atuação. São Paulo: Cortez, 2008. SOUZA, P. N. P.; SILVA, E. B. da. Como entender e aplicar a nova LDB. São Paulo: Pioneira, 1997.	

DISCIPLINA: Teoria Política	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Crítica ao pensamento político moderno. Teses clássicas do marxismo. Marxismo e Capitalismo Tardio.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. São Paulo: Papyrus, 2004.
 MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
 LUKÁCS, G. **Ontologia do ser Social**. São Paulo: Ciências Humanas, 1985.
 MARCUSE, H. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: Zaar, 1968.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DREIFUSS, R. A. **1964 - A conquista do Estado: Ação Política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
 MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
 NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.
 PONT, R. **Democracia, participação, cidadania: uma visão de esquerda**. Porto alegre: Palmarinca, 2000.
 ROUSSEAU, J-J. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
 SKINNER, K. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DISCIPLINA: Produção de Gêneros Acadêmicos II

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Produção de gêneros discursivos acadêmicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
 BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.
 MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARACO, C. A. e MANDARIK, D. **Prática de Redação para estudantes universitários**. Vozes, Petrópolis, 1987.
 GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1980.
 LOPES-ROSSI, M. A. G. (org.) **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté: Cabral, 2002.
 MARTINS, D. S. e ZILBERNOP, L. S. **Português Instrumental**. Porto Alegre: Prodil, 1979.
 MOTTA-ROTH, D. (Org.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.

DISCIPLINA: Percepção e Notação Musical I

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Treinamento auditivo para músicos. Codificação e decodificação de eventos musicais melódicos e harmônicos apresentados de maneira gradual, por ordem de dificuldade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENWARD, B; KOLOSICK, T. **Percepção musical**: Prática auditiva para músicos. São Paulo: Edusp, 2009.

GRAMANI, J. **Rítmica viva**: A consciência musical do ritmo. Campinas: Unicamp, 2008.

PRINCE, A. **A arte de ouvir**: percepção melódica. São Paulo: Lumiar, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRAMANI, J. **Rítmica**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PRINCE, A. **A arte de ouvir**: percepção rítmica. São Paulo: Lumiar, 2001.

BELAU, M. & REHDER, M. **Higiene Vocal para o Canto Coral**. Rio de Janeiro. Revinter, 1997.

BEUTTENMULLER, M & LAPORT, N. **Expressão Vocal e Expressão Corporal**. Rio de Janeiro: Entrelivros, 1992.

COELHO, H. **Técnica Vocal para Coros**. São Leopoldo: Ed.Sinodal, 1994.

DINVILLE, C. **A Técnica da Voz Cantada**. Rio de Janeiro, Enelivros, 1993.

DISCIPLINA: Estética e Filosofia da Arte I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
---	--------------------------------

EMENTA:

Conceito de Estética. O Belo e o trágico na Filosofia Grega. Arte e Representação. Conceito de sublime na Filosofia Moderna. Estética: Sensações e Sentimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARISTÓTELES. **Poética**. Porto Alegre: Globo, 1966.

DUARTE, R. **O belo autônomo**: textos clássicos de estética. Belo horizonte: UFMG, 1997.

HUME, D. **Do padrão do gosto**. São Paulo: Abril Cultural 1978.

KANT, I. **Crítica da faculdade do juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

SHILLER, F. **A educação estética do homem numa série de cartas**. São Paulo: Iluminuras, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PAREYSON, L. **Os problemas de estética**. São Paulo: Martins fontes, 2001.

PLATÃO. **A república** (livro 10). Lisboa: Kalouste Goubenkian, 1997

NUNES, B. **Introdução à filosofia da arte**. São Paulo: Ática, 2001.

REICHER, M. **Introdução à estética filosófica**. São Paulo: Loyola, 2009.

SHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**. Marília: Unesp, 2005.

4º SEMESTRE

DISCIPLINA: Percepção e Notação Musical II	CARGA HORÁRIA: 60 horas
---	--------------------------------

EMENTA:

Aprofundamento de Treinamento auditivo para músicos. Aprofundamento de Codificação e decodificação de eventos musicais melódicos e harmônicos apresentados de maneira gradual, por ordem de dificuldade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENWARD, B; KOLOSICK, T. **Percepção musical**: Prática auditiva para músicos. São Paulo: Edusp, 2009.

BELAU, M. & REHDER, M. **Higiene Vocal para o Canto Coral**. Rio de Janeiro. Revinter, 1997.

GRAMANI, J. **Rítmica viva**: A consciência musical do ritmo. Campinas: Unicamp, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRAMANI, J. **Rítmica**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BEUTTENMULLER, M & LAPORT, N. **Expressão Vocal e Expressão Corporal**. Rio de Janeiro: Enelivros, 1992.

COELHO, H. **Técnica Vocal para Coros**. São Leopoldo: Ed.Sinodal, 1994.

DINVILLE, C. **A Técnica da Voz Cantada**. Rio de Janeiro, Enelivros, 1993.

PRINCE. A. **A arte de ouvir**: percepção melódica. São Paulo: Lumiar, 2012.

DISCIPLINA: Didática Geral	CARGA HORÁRIA: 60 horas
-----------------------------------	--------------------------------

EMENTA:

Compreensão dos fundamentos epistemológicos da didática, de seu papel na formação do professor, da sua importância para o planejamento didático e a organização do trabalho docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANAU, V. M. F.A. **Didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FAZENDA, I. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 1988.

GHIRALDELLI JR, P. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DPA, 2002.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2007.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Didática: o ensino e suas relações**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. P. 183.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da Didática**. Campinas: Papirus, 1995.

FREITAS, L. C (org.) **Avaliação**: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002.

MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M.. **Por que Planejar?** Como Planejar? Currículo – Área – Aula. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

NÉRICE, I. **Didática**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1982.

OLIVEIRA, M. R. N. S. (org.). **Didática**: ruptura, compromisso e pesquisa. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEIGA, I. P. A. **Técnicas de Ensino**: Por que não? Campinas: Papirus, 1991.

_____. **A prática pedagógica do professor de Didática**. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 1994. 183p.

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HAIDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem . São Paulo: Editora Ática, 1994. HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho . Porto Alegre: Mediação, 2001. HOFFMANN, J. Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação . Porto Alegre: Mediação, 1998. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar . São Paulo: Cortez, 2003. ROMÃO, J. E. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas . Guia da Escola Cidadã, n. 2, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARELARO, L. R. G.; KRUPPA, S. M. P. Educação de Jovens e adultos. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.). Organização do Ensino No Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB . São Paulo: Xamã, 2002. BREZENZISKI, I. (org.). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam . São Paulo: Cortez, 1997. GARCIA, L. R. A avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso. In: ESTEBAN, M. T. Avaliação: Uma prática em busca de novos sentidos . São Paulo: Cortez, 1999, p. 45-87. GURGEL, C. R. Referência para avaliação da aprendizagem: perspectiva de formação docente . Fortaleza: UFC, 2002. HOFFMAN, J. Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtiva . Porto Alegre: Educação e realidade, 1991. VASCONCELOS, C. dos S. Avaliação escolar: prevenção dos direitos humanos . Revista ARC. Brasília, 1997. p. 53-72. Janeiro-março 1995.	

DISCIPLINA: Voz I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Prática vocal por meio do canto coletivo. Percepção da voz individual e construção do coletivo. Conhecimento do aparelho vocal e seu funcionamento. Utilização da voz como recurso de comunicação. Classificação vocal. Desenvolvimento de canções a uma e duas vozes, com possibilidade de diferentes acompanhamentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BEHLAU, M; PONTES P. Higiene vocal cuidando da voz . Rio de Janeiro: Revinter, 2001. DELANO, C. Mais que nunca é preciso cantar: noções básicas teórico práticas de canto popular . 2.ed. Rio de Janeiro, 2000. DINVILLE, C. A técnica da voz cantada . Rio de Janeiro: Enelivros, 1993.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BAÊ, T; MARSOLA M. Canto: uma expressão: princípios básicos de técnica vocal . São	

Paulo: Irmãos Vitale, 2001.
 BAÊ, T. **Canto uma consciência melódica**: treinamento dos intervalos através dos vocalizes. São Paulo: Irmãos Vitale, 2003.
 BAÊ, T; PACHECO, C. **Canto equilíbrio entre corpo e som**. São Paulo: Irmãos
 CHEDIAK, A. **Songbook Gilberto Gil**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1992. v.1.
 CHEDIAK, A. **Songbook Gilberto Gil**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1992. v.2

DISCIPLINA: História da Música Brasileira	CARGA HORÁRIA: 75 horas
EMENTA: Abordagem analítica sobre a evolução estética e sociocultural da música popular nacional e internacional, do início do século até os dias de hoje. Estudo da história da música popular brasileira das origens aos dias de hoje. Gêneros, estilos, artistas e movimentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BENWARD, B; KOLOSICK, T. Percepção musical : Prática auditiva para músicos. São Paulo: Edusp, 2009. GRAMANI, J. Rítmica viva : A consciência musical do ritmo. Campinas: Unicamp, 2008. MICHELS, U. Atlas de música . Madrid: Gradiva, v. 2, 2003 MICHELS, U. Atlas de música . Lisboa: Gradiva, v. 2 2003 PRINCE. A. A arte de ouvir : percepção melódica. São Paulo: Lumiar, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALBIN, R. O livro de ouro da MPB . Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. CANDÉ, R. História universal da música . São Paulo: Martins Fontes, 1994. FRANK, I. Método para flauta doce soprano . São Paulo: Record Brasileira, 2002. GRAMANI, J. Rítmica . São Paulo: Perspectiva, 2002. PRINCE, A. A arte de ouvir : percepção rítmica. São Paulo: Lumiar, 2001 KIEFER, B. História da música brasileira : dos primórdios ao início do século 20. 2 ed. Porto Alegre: Movimento, 1977. KIEFER, B. História e significado das formas musicais . Porto Alegre: Movimento, 1981. KIEFER, B. Música para gente miúda . V. 1 Porto Alegre: Movimento, 1986. MARIZ, V. História da música no Brasil . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. NEVES, J. M. Música contemporânea brasileira . São Paulo: Ricordi, 1981. VIDELA, M. A. Método completo para flauta dulce contralto . Buenos Aires: Ricordi Americana, 1983. v.1 TINHORÃO, J. História social da música popular brasileira . São Paulo: Editora 34, 1998. TINHORÃO, J. Pequena história da música popular . Petrópolis: Vozes, 1970. WISNIK, J. O som e o sentido : uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.	

DISCIPLINA: Estética e Filosofia da Arte II	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Pré-requisito: Estética e Filosofia da Arte I	
EMENTA: Ontologia e Estética. Técnica e Estética. Indústria Cultural. Humanismo, Arte e Tragédia.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

ADORNO. Th. **Filosofia da nova música**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
 GADAMER. H-G. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 2009.

NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia**. São Paulo: companhia das Letras, 1999.
 HEIDEGGER, M. **A origem da obra de arte**. Petrópolis: Vozes, 2009.
 ORTEGA e GASSET, A. **A desumanização da arte**. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADORNO. Th. **Teoria estética**. Lisboa: Ed. 70, 1988.
 DUARTE, R. **O belo autônomo: textos clássicos de estética**. Belo horizonte: UFMG, 1997.
 PAREYSON, L. **Os problemas de estética**. São Paulo: Martins fontes, 2001.
 NUNES, B. **Introdução à filosofia da arte**. São Paulo: Ática, 2001.
 REICHER, M. **Introdução à estética filosófica**. São Paulo: Loyola, 2009.

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: Fundamentos do Ensino e Aprendizagem em Artes Visuais	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: O ensino da arte e a interdisciplinaridade. A arte como linguagem. Estudo da produção gráfica e simbólica do adolescente. Práticas e metodologias de ensino e aprendizagem das artes visuais no Ensino Médio.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARBOSA, A. A imagem no ensino da arte . São Paulo: Perspectiva, 2002. COELHO, M. I. de M.; COSTA, A. E. B da (org.) A educação e a formação humana: tensões e desafios na contemporaneidade . Porto Alegre: Artmed, 2009. FUSARI, M. F. e FERRAZ, M. H. C. de T. Arte na educação escolar . São Paulo: Cortez, 1993. NICOLAU, M. (org.). A educação artística da criança: plástica & música – fundamentos e atividades . São Paulo: Ática, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARROYO, M. Mundos musicais locais e educação musical. Em Pauta . Porto Alegre, v. 13, n. 20, p. 95-121, 2002. BARBOSA, Ana Mae (org.). Leituras no subsolo . São Paulo: Cortez, 2001. _____. Arte-educação no Brasil . São Paulo: Perspectiva, 2002. MOREIRA, A. O espaço do desenho: a educação do educador . São Paulo: Loyola, 2002. KATER, Carlos. O que podemos esperar da educação musical em projetos de ação social. Revista da ABEM , Porto Alegre, v. 10, p. 43- 51, mar. 2004. KLEBER, Magali Oliveira. Educação musical e ONGs: dois estudos de caso no contexto urbano brasileiro . Em Pauta, Porto Alegre, v. 17, n. 29, p. 113-138, jul./dez. 2006. READ, Herbert. A educação pela arte . São Paulo: Martins Fontes, 2001. SOUZA, J. Aprender e ensinar música no cotidiano . Porto Alegre: Sulina, 2008.	

DISCIPLINA: Canto na Música Popular	CARGA HORÁRIA: 60 horas
<p>EMENTA: Estudo histórico e técnico do desenvolvimento da voz na canção popular brasileira, realizado a partir da escuta de fonogramas das décadas de 30 a 45, a época de ouro da música popular brasileira. Estudo histórico e técnico do desenvolvimento da voz na canção popular brasileira, realizado a partir da escuta de fonogramas dos anos de 1946 a 1962, período de renovação do samba-canção e da bossa nova. Cordel harmônico.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA DELANO, C. Mais que nunca é preciso cantar: noções básicas teórico práticas de canto popular. 2.ed. Rio de Janeiro, 2000. DINVILLE, C. A técnica da voz cantada. Rio de Janeiro: Entrelivros, 1993. TINHORÃO, J. História social da música popular brasileira. São Paulo: Editora 34, 1998.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BAÊ, T. Canto uma consciência melódica: treinamento dos intervalos através dos vocalizes. São Paulo: Irmãos Vitale, 2003. MICHELS, U. Atlas de música. Lisboa: Gradiva, 2003. v.1. MICHELS, U. Atlas de música. Madrid: Gradiva, 2003. v.2. NEVES, J. M. Música contemporânea brasileira. São Paulo: Ricordi, 1981. TINHORÃO, J. Pequena história da música popular. Petrópolis: Vozes, 1970.</p>	

DISCIPLINA: Voz II	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Pré-requisito: Voz I	
<p>EMENTA: Estudo ordenado e progressivo do instrumento. Prática vocal por meio do canto coletivo. Percepção da voz individual e construção do coletivo. Conhecimento do aparelho vocal e seu funcionamento. Utilização da voz como recurso de comunicação. Classificação vocal. Desenvolvimento de canções a uma e duas vozes, com possibilidade de diferentes acompanhamentos.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BEHLAU, M; PONTES P. Higiene vocal cuidando da voz. Rio de Janeiro: Revinter, 2001. DELANO, C. Mais que nunca é preciso cantar: noções básicas teórico práticas de canto popular. 2.ed. Rio de Janeiro, 2000. DINVILLE, Claire. A técnica da voz cantada. Rio de Janeiro: Enelivros, 1993.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BAÊ, T; MARSOLA M. Canto: uma expressão: princípios básicos de técnica vocal. São Paulo: Irmãos Vitale, 2001. _____. Canto uma consciência melódica: treinamento dos intervalos através dos vocalizes. São Paulo: Irmãos Vitale, 2003. _____; PACHECO, C. Canto equilíbrio entre corpo e som. São Paulo: Irmãos, 1998 CHEDIAK, A. Songbook Gilberto Gil. V. 1 Rio de Janeiro: Lumiar, 1992. _____. Songbook Gilberto Gil. V. 2 Rio de Janeiro: Lumiar, 1992.</p>	

DISCIPLINA: Práticas Pedagógicas para Educação do Campo	CARGA HORÁRIA: 75 horas
EMENTA: Concepções de educação e matrizes pedagógicas construídas ao longo da história do pensamento educacional. Elementos de algumas matrizes pedagógicas produzidas desde a concepção humanista-histórica. Estudo a partir de alguns clássicos do pensamento social e pedagógico.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARROYO, Miguel G. Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? S/D. BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. LEITE NETO, J. Na luta pela terra, a conquista do Conhecimento. São Carlos: João e Pedro Editores, 2013. CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis: Vozes, 2000. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARROYO, M. G. Trabalho – Educação e Teoria Pedagógica. In: FRIGOTTO, G. (org). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. BRUNER, J. A cultura da educação. Porto Alegre: ARTMED, 2001. LERENA, C. Trabalho e formação em Marx. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. NOSELLA, P. O trabalho como princípio educativo em Gramsci. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. VALLE, L. Os enigmas da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.	

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Pré-requisitos: Didática Geral; Avaliação da aprendizagem	
EMENTA: Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas, além de laboratório e oficinas de planejamento, ação docente e avaliação, construção de materiais didáticos, utilização das novas Tecnologias em educação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004. FREITAG, B. et al. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 2ª ed., Pioneira, 1988. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, N. (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR HAYDT, R. C. C. Curso de Didática Geral. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1991. MORAIS, R. de. (Org.) Sala de aula: que espaço é esse? Campinas: Papirus, 1986. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.	

ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de Artes

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Estudo das principais linhas pedagógicas e conceitos de metodologia de ensino aplicada ao ensino de artes visuais e música. Introdução aos conceitos e práticas sobre: Teoria e método. Relações Concepções e métodos. Relações Concepções pedagógicas e Atividades artísticas na Escola. Relações concepções de arte e práticas de arte na escola. Concepções e metodologias do ensino da arte. Perspectivas de novos métodos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARHEIM, R. **Arte e Percepção Visual**. São Paulo: EDUSP, 1970.

BARBOSA, A. M., org. **Arte-Educação: leitura no sub-solo**. São Paulo, Cortez Editora, 1997.

BOZZETTO, A. **Ensino particular de música: práticas e trajetórias de professores de piano**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Ed. FUNDARTE, 2004

DERDYK, E. **Formas de pensar o Desenho**. São Paulo: Scipione Ed., S.D

FERRAZ, M & FUSARI, M. H. **A arte na Educação Escolar**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

FERREIRA, S., org. **O Ensino das Artes – construindo caminhos**. Campinas: Papirus Editora, 2004.

GREIG, P. **A criança e seu desenho**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HERNANDEZ, F. **Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL/MEC. **Parâmetros curriculares nacionais/ 1o. e 2o. ciclos**. Brasília,:MEC, 1999

DUARTE, JR., J. F. **O Sentido dos Sentidos**. Curitiba: Edições Criar, 2001.

BRITTES, B. e TESSLER, E. **O meio como Ponto Zero – metodologia da pesquisa em artes plásticas**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

COLL, A. et alli. **Educação e Transdisciplinaridade II**. São TRIOM, 2002.

GARDNER, H. **As Artes e o Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.

DERDIT, E. **Formas de Pensar o Desenho**. São Paulo: Scipione, s.d.

OLIVEIRA, M. H. Piaget, **Vygotsky e Wallon – teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Editora Summus, 1992.

LOWENFELD, V. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora**. São Paulo: Ed. Mestre Jon, 1970.

OSTETTO, L. e LEITE, M.I. **Arte, Infância e Formação de Professores**. Campinas: Papirus Editora, 2004.

PAREYSON, L. **Os Problemas da Estética**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

PERONDI, J. D. et alli. **Processo de Alfabetização e Desenvolvimento do Grafismo Infantil**. Caxias do Sul: EDUSC, 2001

SILVA, S. **A Constituição Social do Desenho da Criança**. Campinas: Mercado da Letras Ed., 2002.

VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes Ed, 2000.

6º SEMESTRE

DISCIPLINA: Laboratório de Desenho e Gravura	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: A Compreensão do Desenho como registro do gesto e como intenção na criação. A linha como estrutura da ideia. O esboço. A representação do volume através da perspectiva, luz e da sombra. A Composição artística. As texturas visuais. Os suportes e as pontas tradicionais. Os cânones para a representação através da observação e da criação. Conceitos, história, métodos e técnicas de gravuras e artes gráficas. Problematizações no design gráfico e produção aplicada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DERDICK, E. Formas de pensar o desenho . São Paulo: Scipione,1994. _____. O desenho da figura humana . São Paulo: Scipione,1995 GOMES, L. Desenhismo . Santa Maria: Editora da UFSM.1994. AZEVEDO, W. O que é design . São Paulo: Editora Brasileira, 2001. CARDOSO, R. (Org.). O Design Brasileiro , antes do design. São Paulo: Cosac & Naif,2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DI LEO, J. A interpretação do desenho infantil . Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. HAYES, C. Guia Completa de Pintura y Dibujo: técnicas e materiales : Hermann Blume, 1985. PILLAR, A. Desenho & escrita como sistema de representação . Porto Alegre: Artes Médicas,1996. PARRAMON, J. Luz e Sombra no desenho e Pintura .Madri: Ed. Parramon sd. WONG, W. Princípios da forma :Desenho bi e tridimensional. São Paulo: Martins Fontes,1995. HOLLIS, R. Design Gráfico: uma história concisa . São Paulo: Martins Fontes,2001 JUNIOR, A. Arte da animação: técnica e estética através da história 2 ed. São Paulo: SENAC, 2005.	

DISCIPLINA: Laboratório de Pintura	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: O conhecimento e utilização de materiais e suportes, pigmentos e instrumentos para a pintura. O desenvolvimento e o estímulo da criação a partir de análise e síntese da forma-cor. O suporte como objeto pictórico. Elaboração de projetos individuais de pesquisa em artes visuais, a partir de processos, meios e técnicas de pintura em um campo de linguagens híbrida.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FRANCASTEL, P. Pintura e Sociedade . São Paulo: Martins Fontes, 1999. WOLLHEIM, R. A arte e seus objetos . São Paulo: Martins Fontes,1994. WOLFFLIN, H. A arte Clássica.. São Paulo: Martins Fontes,1995 FRESQUET, G. & Parramón, José M. Como pintar a la acuarela . Barcelona: Parramón Ediciones, 1990. (Coleção Aprender Haciendo). MAYER, R. Manual do artista de técnicas e materiais . São Paulo: Martins Fontes, 1996	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

HOCKNEY, D. **O Conhecimento Secreto**. São Paulo: Cosac & Naif, 2005.
 HEARTNEY, E. **Pós-Modernismo**. São Paulo; Cosac & Naif.2002
 OSROWER, F. **Universo da Arte**. Rio de Janeiro:Editora Campus, 1984, 2º ed.
 KANDISNSKY, W. **Do espiritual na arte**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991
 OLMEDO, S. G. Como pintar al pastel. Barcelona: Parramon Ediciones, 1980
 MOTTA, E. & GUIMARÃES, M. **Iniciação à pintura**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976
 PARRAMON, J. M. **Teoria Y Practica del color**. Barcelona: Parramon Ediciones, 1990.
 (Colección Haciendo).

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado II	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Pré-requisito: Estágio Curricular Supervisionado I	
EMENTA: Abordagem do Projeto de Estágio. Realização do estágio observacional escolar (Ensino Fundamental e Médio).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática . 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador . In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer . 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR HAYDT, R. C. C. Curso de Didática Geral . 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991. LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 1991. MORAIS, R. de. (Org.) Sala de aula: que espaço é esse? Campinas: Papyrus, 1986. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores . 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. ZOBOLI, G. Prática de ensino . São Paulo: Editora Ática, 2004.	

DISCIPLINA: Estética e poética Camponesa	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Mística e movimento social: conceitos e práticas. Constituição do imaginário social sobre o homem/meio rural. Abordagem cinematográfica quanto ao homem/meio rural. Cultural campesina. Folclore, religiosidade e manifestações culturais. Arte e estética Camponesa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AUGÉ, M. 1978. Os Domínios do Parentesco (filiação, aliança matrimonial, residência). Lisboa: Edições 70. FOX, R. Parentesco e Casamento: uma perspectiva antropológica . Lisboa: Veja, 1986. LÉVI-STRAUSS, C. As Estruturas Elementares de Parentesco . Petrópolis: Editora Vozes, 1982. PIERSON, D. (org). 1970. Estudos de Organização Social . São Paulo: Martins Fontes.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

COLL, A. et alli. **Educação e Transdisciplinaridade II**. São TRIOM, 2002.
 DUARTE, JR., J. F. **O Sentido dos Sentidos**. Curitiba: Edições Criar, 2001.
 DUMONT, Louis. s/d. **Introducion e dos teorias de la antropologia**. Barcelona Espanha: Anagrama.
 EVANS-PRITCHARD, E. **Os Nuer**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
 FONSECA, C. 2005. **Paternidade brasileira na era do DNA: a certeza que pariu a dúvida**”. Cadernos de Antropología Social, nº 22, pp. 27–51.
 GARDNER, H. **As Artes e o Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.
 LOWENFELD, V. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora**. São Paulo: Ed. Mestre Jon, 1970.
 PAREYSON, L. **Os Problemas da Estética**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.
 RADCLIFFE-BROWN, A. **Estrutura e função nas sociedades primitivas**. Lisboa: Perspectivas do Homem/Edições 70, 1989.

DISCIPLINA: Laboratório de Fotografia	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Surgimento e impacto da fotografia como <i>imagem técnica</i> . Processos fotográficos que propiciaram seu surgimento e desenvolvimento como a Câmara Escura, o Daguerreótipo, Calótipo, Ambrótipo entre outros processos. Fundamentos acerca da luz e da sombra e importância de ambas na produção da imagem fotográfica. Introdução ao laboratório Preto e Branco e ao funcionamento da câmera fotográfica. Técnicas de composição da imagem. Pensamento dos processos fotográficos e busca do desenvolvimento do olhar.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ADAMS, A. A Câmera . São Paulo: Editora SENAC, 2000. BENJAMIN, W. Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política , 5 edição – São Paulo : Ed. Brasiliense, 1993. DUBOIS, Ph. O Ato fotográfico . Campinas : Papirus,1994. FLUSSER, V. A Filosofia da Caixa Preta . Relume Dumará. São Paulo. 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ADAMS, A. A Cópia . São Paulo: Editora SENAC,2001. KOSSOY, B. Imagem da fotografia brasileira II . São Paulo: Estação Liberdade/ SENAC, 2000. KRAUSS, R. O Fotográfico . Barcelona : Gustavo Gilli, 2002. SCHISLER, M. W. L, Revelação em Preto e Branco . São Paulo: Martins Fontes, 1995 SONTAG, S. Sobre a fotografia . São Paulo : Companhia das Letras, 2004.	

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de Arte II	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Pré-requisito: Metodologia do Ensino de Arte I	
EMENTA: Estudo das principais linhas pedagógicas e conceitos de metodologia de ensino aplicada ao ensino de artes e música	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

BOZZETTO, A. **Ensino particular de música: práticas e trajetórias de professores de piano.** Porto Alegre: Ed. UFRGS/Ed. FUNDARTE, 2004

BOZON, M. Práticas musicais e classes sociais: estrutura de um campo local. **Em Pauta**, Porto Alegre, v.11, n. 16/17, p.142-174, abr./nov. 2000.

GOMES, C. **Formação e atuação de músicos das ruas de Porto Alegre: um estudo a partir dos relatos de vida.** Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

VIEIRA, A. **Professores de violão e seus modos de ser e agir na profissão: Um estudo sobre culturas profissionais no campo da música.** Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Porto Alegre, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL/MEC. **Parâmetros curriculares nacionais/ 1o. e 2o. ciclos.** Brasília,:MEC, 1999

DUARTE, JR., J. F. **O Sentido dos Sentidos.** Curitiba: Edições Criar, 2001.

BRITTES, B. e TESSLER, E. **O meio como Ponto Zero** – metodologia da pesquisa em artes plásticas. Porto Alegre,: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

COLL, A . et alli. **Educação e Transdisciplinaridade II.** São TRIOM, 2002.

GARDNER, H. **As Artes e o Desenvolvimento Humano.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.

DERDIT, Edith. **Formas de Pensar o Desenho.** São Paulo: Scipione, s.d.

OLIVEIRA, M. H. Piaget, **Vygotsky e Wallon** – teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo:Editora Summus, 1992.

LOWENFELD, V. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora.** São Paulo: Ed. Mestre Jon, 1970.

OSTETTO,L. e LEITE, M.I. **Arte, Infância e Formação de Professores.** Campinas: Papyrus Editora,2004.

PAREYSON, L. **Os Problemas da Estética.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

PERONDI, J. D. et alli. **Processo de Alfabetização e Desenvolvimento do Grafismo Infantil.** Caxias do Sul: EDUSC, 2001

SILVA, S. **A Constituição Social do Desenho da Criança.** Campinas: Mercado da Letras Ed., 2002.

VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

7º SEMESTRE

DISCIPLINA: Libras	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA:	
Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Tradução em Libras/Português. Desenvolvimento da expressão visual-espacial. Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Editora EDUSP, 2006.	
GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996.	
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos.	

Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, FC. A evolução nas abordagens à educação da criança surda: Do oralismo à comunicação total, e desta ao bilingüismo. In: CAPOVILLA, F.C; RAPHAEL, WD. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. Volume II. Sinais de M a Z. São Paulo: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, FENEIS, Brasil Telecom, 2001, p. 1479-1490.

_____. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. Volume I: Sinais de A a L. São Paulo: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae. FENEIS, Brasil Telecom, 2001a.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto**: curso básico: livro do estudante. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

FERREIRA-BRITO, L. (ed.) Geles. **Grupo de estudos sobre linguagem, educação e surdez**, Rio de Janeiro: URFJ, ano 4, 1990.

RICHARD, A. **A crítica de arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

DISCIPLINA: Teoria e Crítica da Arte	CARGA HORÁRIA: 60 horas
---	--------------------------------

EMENTA:

Estudos sobre a teoria e a crítica de arte como transversalidade que perpassa a história, a filosofia, a psicologia, a sociologia, a antropologia e a semiótica: as contribuições dessas disciplinas na construção do corpus teórico de e sobre arte. A ciência e o conhecimento da arte. Os modos da crítica de arte: descritiva, canônica, ideológica, subjetiva, formalista, psicológica e sociológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARGAN, G. **Arte e crítica de arte**. Lisboa: Estampa, 1993.

CAUQUELIN, A. **Teorias da arte**. São Paulo: Martins, 2005.

CHIPP, H. **Teorias da arte moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOWENFELD, V. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora**. São Paulo: Ed. Mestre Jon, 1970.

NUNES, B. **Introdução à filosofia da arte**. São Paulo: Ática, 2001.

OSTETTO, L. e LEITE, M.I. **Arte, Infância e Formação de Professores**. Campinas: Papyrus Editora, 2004.

PAREYSON, L. **Os problemas de estética**. São Paulo: Martins fontes, 2001.

REICHER, M. **Introdução à estética filosófica**. São Paulo: Loyola, 2009

RICHARD, A. **A crítica de arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Levantamento bibliográfico, elaboração e defesa de projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. FEIJÓ, R. Metodologia e filosofia da ciência . São Paulo: Atlas, 2003. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da Metodologia Científica . 6.ed São Paulo: ATLAS, 2007. SANTOS, A. R. dos. Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais . São Paulo: Cortez, 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . São Paulo: Atlas, 2009. DUSILEX, D. A Arte de investigação criadora: introdução à Metodologia da Pesquisa . Rio de Janeiro: JERP, 2000. CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . São Paulo. Cortez, 2003. FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional . São Paulo, Cortez, 2002. FREITAS, M. T., JOBIM, S. e KRAMMER, S. (Orgs.) Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin . São Paulo: Cortez, 2003.	

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado III	CARGA HORÁRIA: 120 horas
Pré-requisitos: Estágio Curricular Supervisionado I e II	
EMENTA: Abordagem do programa de estágio focando a regência para o Ensino Fundamental de Artes e Música.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais . Artes. Ministério da Educação, 1999. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática . 16.ed. Campinas: Papirus, 2004. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer . 9.ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores . Unidade Teoria e Prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR HAYDT, R. C. C. Curso de Didática Geral . São Paulo: Cortez, 1991. LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 1991. MORAIS, R. de. (Org.) Sala de aula: que espaço é esse? Campinas: Papirus, 1986. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores . 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. ZOBOLI, G. Prática de ensino . São Paulo: Editora Ática, 2004.	

8º SEMESTRE

DISCIPLINA: Educação para Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade**EMENTA:**

Educação e Diversidade Cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no currículo da escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e Diversidade na sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVAY, M.; GARCIA, M. C. (coord.). **Relações raciais na escola:** reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

BRASIL **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília: junho, 2005.

ROCHA, R. M. de C.; TRINDADE, A. L. da (orgs.). Ensino Fundamental. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. (Colab.). **Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1993.

GOMES, N. L; SILVA, P. B. G. e (org.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

IANNI, O. **Era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MEYER, D. E. **Alguns são mais iguais que os outros:** etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: A escola cidadã no contexto da globalização. São Paulo: Vozes, 2000.

PERRENOUD, P. **A Pedagogia na escola das diferenças:** fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed, 2001

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II | **CARGA HORÁRIA: 60 horas**

Pré-requisito: Trabalho de Conclusão de Curso I

EMENTA:

Desenvolvimento do projeto. Prática de coleta de dados, experimentação e análise. Elaboração e Apresentação de Monografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

FEIJÓ, R. **Metodologia e filosofia da ciência.** São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 6..ed São Paulo: ATLAS, 2007.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica:** a Construção do Conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DUSILEX, D. **A Arte de investigação criadora:** introdução à Metodologia da Pesquisa. Rio de Janeiro: JERP, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 6ª ed. São Paulo. Cortez, 2003.

FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional,** 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2002.

FREITAS, M. T., JOBIM, S. e KRAMMER, S. (orgs.) **Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DISCIPLINA: Educação e Meio Ambiente

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Relações entre ambiente e sociedade no mundo contemporâneo. Críticas ecológicas à lógica consumista e de maximização produtiva das sociedades modernas. Ética e desenvolvimento sustentável. Relações entre o ambiente e atores sociais. Educação para desenvolvimento da consciência ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HANNIGAN, J. A. **Sociologia Ambiental**. Rio Janeiro: Editora Vozes, 2009.

MORAN, E. F. **Meio Ambiente e Ciências Sociais**. São Paulo: SENAC, 2011.

SILVA, E. **Saúde Ambiental: o meio ambiente e o homem**. São Paulo: All Print, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, R. S. de; LAYRARGUES, P.P.; LOUREIRO, C.F. B. **Sociedade e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2012.

ENCINAS, C. G. **Educação ambiental, cidadania e projetos de transformação**. Ribeirão Preto (SP): Tecmedd, 2004.

MATHEUS, C. E.; CAFFAGNI, C. W. A. (Colab.); MORAES, A. J. (Colab.). **Educação ambiental para o turismo sustentável: vivencias integradas e outras estratégias metodológicas**. São Carlos (SP): Rima, 2005.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. 2. Ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2008.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado IV

CARGA HORÁRIA: 135 horas

Pré-requisitos: Estágio Curricular Supervisionado I, II e III

EMENTA:

Abordagem do projeto de estágio focando a regência para o Ensino Médio do Ensino de Arte e Música.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais. Artes**. Ministério da Educação, 1999.

CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. Campinas: Papyrus, 2004.

FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9.ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores**. Unidade Teoria e Prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HAYDT, R. C. C. **Curso de Didática Geral**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

MORAIS, R. de. (Org.) **Sala de aula: que espaço é esse?** Campinas: Papirus, 1986.
 PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores.** 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
 ZOBOLI, G. **Prática de ensino.** São Paulo: Editora Ática, 2004. ZOBOLI, G. **Prática de ensino.** São Paulo: Editora Ática, 2004.

Ementas Optativas

DISCIPLINA: Percussão I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Estudo ordenado e progressivo do instrumento. Fundamentos da bateria, estudo da tabela de figuras (valores e pausas), exercícios em semínima, colcheia e semicolcheia, ritmos e estilos, em nível básico.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GONÇALVES, G; COSTA, O. O batuque carioca. Rio de Janeiro: Editora Groove, 2000. ROCCA, E. Ritmos e instrumentos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora Escola Brasileira de Música, 1986. FRUNGILLO, Mário D. Dicionário de percussão. São Paulo: Editora Unesp, 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MED, B. Elementos básicos da música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. _____. Como ler uma partitura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. LOWENFELD, V. Desenvolvimento da Capacidade Criadora. São Paulo: Ed. Mestre Jon, 1970. ROSAURO, N. Método completo para caixa clara (em 4 cadernos). Santa Maria: Editora Pró-Percussão, 1992. CORRÊA, M. K. Discutindo a auto-aprendizagem musical. In: SOUZA, J. V. (Org.). Aprender e Ensinar Música no cotidiano. Porto Alegre: Sulina, 2008. 13-38 p.	

DISCIPLINA: Viola/Violão I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Estudo ordenado e progressivo do instrumento. Desenvolvimento da leitura rítmica e leitura de notas na primeira posição.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARLEVARO, A. Serie didactica para guitarra. Buenos Aires: Barry, 1966. v.1. KRUGER, I. Violão clássico novo método. São Leopoldo: Sinodal, 1993. PINTO, H. Iniciação ao violão. São Paulo: Ricordi, 1978. FARIA, N. Acordes, arpejos e escalas. Rio de Janeiro: Lumiar, 1999.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

CARLEVARO, A. **Serie didactica para guitarra**. Buenos Aires: Barry, 1966. v.2.
 CARLEVARO, A. **Serie didactica para guitarra**. Buenos Aires: Barry, 1966. v.3.
 CARLEVARO, A. **Serie didactica para guitarra**. Buenos Aires: Barry, 1966. v.4
 DUDEQUE, N. **História do Violão**. Curitiba: Editora UFPR, 1994.
 MORRISH, J. **The Classical Guitar Book: A Complete History**. San Francisco, Calif: London: Backbeat, 2002.
 TURNBULL, H. **The guitar, from the Renaissance to the present day**. New York, C. Scribner's Sons [1974].
 TYLER, J. **The guitar and its music : from the Renaissance to the Classical era**. Oxford; New York : Oxford University Press, 2002.
 WADE, G. **A Concise History of the Classic Guitar**. Pacific: Mel Bay, 2001.

DISCIPLINA: Viola/Violão II	CARGA HORÁRIA: 60 horas
Pré-requisito: Viola/Violão I	
EMENTA: Estudo ordenado e progressivo do instrumento. Aprimoramento da leitura rítmica e leitura de notas na primeira posição.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARLEVARO, A. Serie didactica para guitarra . Buenos Aires: Barry, 1966. v.1. KRUGER, I. Violão clássico novo método . São Leopoldo: Sinodal, 1993. PINTO, H. Iniciação ao violão . São Paulo: Ricordi, 1978. FARIA, N. Acordes, arpejos e escalas . Rio de Janeiro: Lumiar, 1999.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARLEVARO, A. Serie didactica para guitarra . Buenos Aires: Barry, 1966. v.2. CARLEVARO, A. Serie didactica para guitarra . Buenos Aires: Barry, 1966. v.3. CARLEVARO, A. Serie didactica para guitarra . Buenos Aires: Barry, 1966. v.4 DUDEQUE, N. História do Violão . Curitiba: Editora UFPR, 1994. MORRISH, J. The Classical Guitar Book: A Complete History . San Francisco, Calif: London: Backbeat, 2002. TURNBULL, H. The guitar, from the Renaissance to the present day . New York, C. Scribner's Sons [1974]. TYLER, J. The guitar and its music : from the Renaissance to the Classical era . Oxford ; New York : Oxford University Press, 2002. WADE, G. A Concise History of the Classic Guitar . Pacific: Mel Bay, 2001.	

DISCIPLINA: Sopro I	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Estudo ordenado e progressivo do instrumento.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FRANK, I. Método para flauta doce soprano . São Paulo: Ricordi Brasileira, 2002. O MELHOR do chorinho brasileiro . São Paulo: Vitale, 1997. v.1.	

KIEFER, B. **Música para gente miúda**. Porto Alegre: Movimento, 1986. v.1.
 SYDOW, B. **300 músicas para flauta doce**. Mimeo 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAÊ, T.; PACHECO, C. **Canto equilíbrio entre corpo e som**. São Paulo: Irmãos, 1998
 VIDELA, M. **Método completo para flauta dulce contralto**. Buenos Aires: Ricordi Americana, 1983.
 MAHLE, **Primeiro caderno de flauta doce**. S/D.
 IRLER, **Vamos tocar flauta Guerra Peixe** – Música pra gente miúda, S/D
 BACH, J. **Minueto Vivaldi** – concerto para flauta Telemann – Sonata para flauta e piano. S/D

DISCIPLINA: Sopro II

CARGA HORÁRIA: 60 horas

Pré-requisito: Sopro I

EMENTA:

Estudo aprofundado, ordenado e progressivo do instrumento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANK, I. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo: Ricordi Brasileira, 2002.
 O MELHOR do chorinho brasileiro. São Paulo: Vitale, 1997. v.1.
 KIEFER, B. **Música para gente miúda**. Porto Alegre: Movimento, 1986. v.1.
 SYDOW, B. **300 músicas para flauta doce**. Mimeo 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAÊ, T. ; PACHECO, C. **Canto equilíbrio entre corpo e som**. São Paulo: Irmãos, 1998
 VIDELA, M. **Método completo para flauta dulce contralto**. Buenos Aires: Ricordi Americana, 1983.
 MAHLE, **Primeiro caderno de flauta doce**. S/D
 IRLER, **Vamos tocar flauta Guerra Peixe** – Música pra gente miúda, S/D.
 BACH, J. **Minueto Vivaldi** – concerto para flauta Telemann – Sonata para flauta e piano. S/D.

DISCIPLINA: Teclado I

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Estudo ordenado e progressivo do instrumento. Teclado secundário I .Conhecimentos gerais no tecla do, acordes com uso da mão esquerda e direita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOTELHO, A. **Meu piano divertido**. Vol.1 e 2. S/D
 CZNERY, B. N. **Coletânea**. São Paulo: Ricord, s/d.
 FLETCHER, L. **Piano**. Vol. 1. S/D
 FLETCHER, L **Piano**. Vol. 2. S/D
 FLETCHER, L **Piano**. Vol. 3. S/D

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLLURA, T. **Rítmica e levadas brasileiras para o piano**. Vitória, ES: Edição do Autor, 2009.
 MED, B. **Elementos básicos da música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

MED, B. **Como ler uma partitura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
 MARTINS, R. **A função da análise no processo de aprendizagem em música**. Revista da ABEM No.2, 1995
 SWANWICK, K. **Ensinando música musicalmente**. Tradução: Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

DISCIPLINA: Teclado II

CARGA HORÁRIA: 60 horas

Pré-requisito: Teclado I

EMENTA:

Estudo ordenado e progressivo do instrumento. Teclado secundário I .Conhecimentos avançados no teclado, acordes com uso da mão esquerda e direita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOTELHO, A. **Meu piano divertido**. Vol.1 e 2. S/D
 CZNERY, B. N. **Coletânea**. São Paulo: Ricord, s/d.
 FLETCHER, L. **Piano**. Vol. 1. S/D
 FLETCHER, L **Piano**. Vol. 2. S/D
 FLETCHER, L **Piano**. Vol. 3. S/D

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLLURA, T. **Rítmica e levadas brasileiras para o piano**. Vitória, ES: Edição do autor, 2009.
 MED, B. **Elementos básicos da música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
 MED, B. **Como ler uma partitura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
 MARTINS, R. **A função da análise no processo de aprendizagem em música**. Revista da ABEM No.2, 1995
 SWANWICK, K. **Ensinando música musicalmente**. Tradução: Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

4.3.7- Metodologia

Quando se leem os textos oficiais acerca do processo educativo, compreende-se a necessidade de adotarmos práticas mais sociointeracionistas, pois, tal como afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas ideias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem.

Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizar a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão caros ao processo formativo entre pares mais experientes e pares menos experientes.

Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno e o do professor.

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além do ministrar aulas e do repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos alunos por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (cf. VYGOTSKY, 1993).

Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade. Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos. (cf. SACRISTAN e GÓMEZ, 1998)

O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e especificidades.

Dessa maneira, o papel do aluno ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado e considerado uma simples ‘tábula rasa’ para que se dê vazão a um aluno questionador e participativo. Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que superam-se noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (cf. DEMO, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (cf. MOITA LOPES, 1996). Espaço em que equilibram-se as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das propostas; o aluno compreendido como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

4.3.8. Interface ensino, pesquisa e extensão

A interface ensino, pesquisa e extensão se dará em momentos como:

Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho Acadêmico

Constitui-se no instrumento orientador das atividades de estudo, experimentação e pesquisa de campo a serem realizadas pelos estudantes no Tempo-Espaço Comunidade, nas Visitas e/ou nos Estágios Profissionais, tendo como referência os enfoques temáticos propostos pelos eixos, se colocando assim como um importante instrumento pedagógico na organização e sistematização do processo de auto-formação a ser vivenciado pelos estudantes.

A Pesquisa Sócio-Educacional

O Tempo-Espaço Comunidade é o tempo das práticas de pesquisa social e educacional, configurando-se como momento de investigação acadêmica sobre o cotidiano pedagógico das escolas rurais e das comunidades em que elas se situam. É o momento de levantamento de dados e da vivência de experiências sócio-educativas junto à escola e a comunidade de modo que permitam a construção de reflexões sobre a realidade e os processos pedagógicos que no campo se desenvolvem.

É No tempo da Pesquisa Sócio-Educacional, onde, mais que um mero exercício de coleta de dados, buscar-se-á, a partir da análise dos aspectos que condicionam a vida dos

sujeitos do campo, fomentar o estudo e reflexão sobre as possibilidades da ação pedagógica [individual e coletiva, educadores e escola] no desenvolvimento de processos formativos e na produção de conhecimentos que ajudem no empoderamento político-cultural e sustentabilidade das comunidades camponesas.

Nesta perspectiva, articulada a pesquisa das realidades das comunidades, propõem-se aqui como elementos importantes da Pesquisa Sócio-Educacional a investigação e análise do cotidiano pedagógico, das compreensões e práticas dos sujeitos educativos e do currículo das escolas rurais. Em algumas circunstâncias tomar-se-á o exercício da docência como estratégia para imersão no cotidiano das escolas e realização de tal investigação, tendo como perspectiva a pesquisa-ação, por meio da *prática de ensino* [como atividade curricular] ou do aproveitamento do próprio exercício profissional dos participantes do curso. Assim, durante o Tempo-Espaço Comunidade buscar-se-á garantir através da realização da Pesquisa Sócio-Educacional que a prática [da pesquisa, da docência e da docência-pesquisadora] se afirme como um componente curricular na formação ofertada pelo curso, atendendo também uma exigência legal posta aos cursos de licenciatura [Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002].

Grupos de Estudos, Pesquisa e Trabalhos Acadêmicos [GEPTA]

Momentos organizados pelos professores-pesquisadores do curso e/ou pelos próprios estudantes. Caracterizam-se como grupos temáticos, privilegiando a interdisciplinaridade e voltando-se à realização de atividades de pesquisa, estudo ou extensão, tendo como objeto questões focadas em temas vinculados aos eixos, que produzam conhecimentos ajudem a enriquecer e diversificar a formação acadêmica a partir dos interesses acadêmicos dos sujeitos [alunos e professores] que deles participam.

Seminários de Pesquisa, Estudo e Trabalho Integrado [SPETI]

Momentos realizados a cada início do período de Tempo-Espaço Universidade, articulado interdisciplinarmente, objetivando a reflexão acadêmica sobre a ciência moderna, as questões agrárias e a educação do campo e/ou a análise e reflexão dos dados das pesquisas realizadas pelos estudantes no Tempo-Espaço Comunidade.

Sessões de Estudo do Núcleo Comum

Acontecem a cada Tempo-Espaço Universidade, na seqüência dos SPETI's e concentrando a participação de toda a turma, se constituem em momentos de estudo

interdisciplinar [aulas], organizados a partir do trabalho de professores e disciplinas referências, considerando as temáticas propostas por área para pesquisa de cada eixo nos Tempo-Espaço Comunidade e que permitam um primeiro aprofundamento das reflexões sobre as os dados apresentados e questões levantadas a cada SPETI's. Realizar-se-á durante estas sessões também os estudos dos conhecimentos pedagógicos e educação do campo, voltados a formação da docência.

Sessões de Estudo do Núcleo Específico

Acontecendo a cada Tempo-Espaço Universidade, na seqüência das Sessões de Estudo do Núcleo Comum e concentrando a participação de estudantes segundo a opção por área de conhecimento, considerando as temáticas propostas pela área para pesquisa nos Tempo-Espaço Comunidade, se constituem em momentos de estudos [aulas], organizados a partir do trabalho de professores e disciplinas referências, buscando estimular a apropriação e reelaboração dos conhecimentos produzidos historicamente em tal área, de forma a permitir de maneira especializada o aprofundamento das reflexões sobre as os dados apresentados e questões levantadas a cada SPETI's.

Seminários Temáticos sobre Elaboração de Projetos de Pesquisa [STEPP]

Momentos realizados a cada momento conclusivo do período de Tempo-Espaço Universidade, centrados por áreas de conhecimento, objetivando a definição de temáticas de cada área a serem pesquisadas em cada Tempo-Espaço Comunidade e o planejamento de tais pesquisas, tomando por referência os eixos temáticos que orientam a formação no curso.

Diagnóstico sócio-cultural, ambiental e econômico de comunidades camponesas

Constitui-se na sistematização integrada de dados e reflexões produzidas a partir do conjunto de estudos realizado por meio de pesquisa construída ao longo do curso em cada Tempo-Espaço Comunidade.

4.3.9. Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PET

A interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, entender a coexistência articulada das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no processo de formação omnilateral do homem (educação do homem para satisfazer necessidades materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas) em

sua historicidade, em contraposição a uma compreensão unilateral da formação humana, voltada para a adaptabilidade, funcionalidade, pragmatismo, adestramento, treinamento e policognição e para o mercado de trabalho e proposta por uma universidade organizacional.

Nesta perspectiva, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento na UFT são importantes e devem ser implementados tendo em vista o fortalecimento do ensino. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo deve promover a interface com os diversos programas e projetos institucionais da UFT, dentre eles o *Programa Institucional de Monitoria* (PIM); *Programa Especial de Treinamento/Tutoria* (PET); *Programa de Mobilidade Acadêmica* (PMA); e, *Programa Prodocência*.

O PIM, de acordo com a Resolução Normativa – PROGRAD Nº 01/2005, terá importante papel no fortalecimento do ensino, pois objetiva incentivar a participação do acadêmico nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

Desta forma a monitoria visa intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade. Porém, não constitui um programa de substituição do professor na sala de aula. As atividades referem-se à orientação acadêmica/científica e ao planejamento e organização de atividades didático-pedagógica. Nesta perspectiva, em conformidade com o Art. 84º da Lei 9.394/96, “Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”.

O PET é outro Programa que busca dinamizar e dar suporte ao Ensino. É um programa desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e objetiva: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país;

estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

Já o PMA busca o aperfeiçoamento do ensino de graduação possibilitando, dentre outros aspectos, que os acadêmicos adquiram novas experiências, interajam com outras culturas e diferentes conhecimentos da realidade brasileira. O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (Instituições credenciadas) possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal e curse até três semestres.

Este Programa constitui-se em uma possibilidade de enriquecimento quando os alunos do curso de Licenciatura em Educação do Campo poderão adquirir experiências em outras instituições de ensino superior, bem como conviver no âmbito do Campus e do Curso com outros alunos portadores de conhecimentos e culturas diferentes.

Outro Programa que oferece possibilidade de interface visando à melhoria do ensino é o Prodocência (Programa de Consolidação das Licenciaturas). Este programa visa fortalecer a formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da Graduação. Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior; ampliar as ações voltadas à formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior; e apoiar a implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores.

O Programa Prodocência articula-se com o fortalecimento do Ensino na medida em que possibilita a realização de projetos que contribuirá com a formação didático-metodológica dos professores e conseqüentemente com a melhoria da qualidade do ensino.

Ressalta-se que outros programas e projetos poderão fazer parte do conjunto de ações articuladoras e fomentadoras do ensino no Curso de Licenciatura em Educação do Campo que coadune com os objetivos do Presente Projeto Político-Pedagógico.

4.3.10. Interface com as Atividades Complementares

Os alunos serão incentivados a participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos pela UFT e por diferentes instituições formativas, movimentos sociais, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional. A participação do acadêmico nessas atividades é de livre escolha e deverá ser comprovada mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do Campus onde o curso funciona, conforme prescreve a

Resolução do CONSEPE nº 009/2005 que trata do regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFT.

4.3.11. Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

Serão realizados durante o Tempo-Espaço Comunidade em escolas e comunidades do campo, articulados às atividades de pesquisa e estudo. O estágio constitui-se na vivência e exercício profissional da docência na área de conhecimento optada pelos estudantes, sob orientação e acompanhamento de professores e articulada ao planejamento das instituições de ensino campo de estágio.

Os estágios curriculares são realizados a partir de convênios celebrados com as secretarias de educação dos municípios de alcance do Campus. Geralmente, os acadêmicos realizam estágios em suas cidades de origem com vistas a contribuir com a melhoria da qualidade da educação da região. Os estágios compreendem desde a educação infantil, séries iniciais e finais da educação básica, ensino médio e educação de jovens e adultos, além dos espaços não-escolares. Como campo de estágio obrigatório temos convênios celebrados com as escolas das Diterorias Regionais de Ensino de Arraias, Dianópolis e Porto Nacional.

4.3.12. Prática Profissional

A área de atuação do Licenciado em Educação do Campo pode abranger os seguintes campos:

- Docência na Educação Fundamental, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos adquiridos de forma multidisciplinar em uma área de conhecimento prevista, especialmente nas escolas do campo;

- Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação do campo e escolas rurais / do campo;

- Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares;

- Atuar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos do campo em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.

4.3.13. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso será construído a partir do conjunto de dados levantados nas pesquisas realizadas durante as atividades do Tempo-Espaço Comunidade, orientadas por cada eixo e dos dados e conhecimentos produzidos a partir dos GEPTA's. O TCC deve centrar em objetivos que levem à sistematização da reflexão sobre a realidade da agricultura familiar e da educação do campo na região e propor projeto de ação pedagógica a ser desenvolvido junto às escolas e comunidades a serem escolhidas por cada aluno. Constitui-se na produção acadêmica individual tomada como critério obrigatório para a conclusão e diplomação no curso. O trabalho terá defesa pública, seguindo legislação específica da UFT.

4.3.14. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação no Curso de Educação do Campo é considerada em sua dimensão pedagógico, como um elemento constitutivo do processo de planejamentos e replanejamento da formação proposta, desenvolvida de forma contínua, visando contribuir para a potencialização do processo ensino-aprendizagem.

Assume-se ainda a avaliação como instrumento que contribui para a materIALIZAÇÃO da gestão democrática do processo pedagógico, possibilitando aos participantes do curso o diálogo sobre o processo formativo e o encaminhamento e dinamização de propostas que revitalizem continuamente a formação oferecida, garantindo, quando necessário, sua adequação as demandas que emergentes durante o período de curso e a superação das dificuldades que possam comprometer o êxito do mesmo.

Assim, primando pela afirmação de princípios éticos e de indissociabilidade teórico - prática, a avaliação é compreendida no curso como um processo diagnóstico, investigativo, formativo, sistemático, contínuo, participativo, que deve possibilitar aos sujeitos participantes o redimensionamento das ações desenvolvidas, apontando a necessidade de avançar ou

retomar determinados objetivos propostos, aprendizagens significativas, constituindo-se num exercício permanente de diálogo sobre o processo.

Abaixo seguem propostas de estratégias e instrumentos de avaliação do curso, da ação docente e da aprendizagem discente. Entretanto, ressalte-se que caberá ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo em qualquer tempo, de acordo com as demandas que possam emergir, propor procedimentos e processos diversificados, internos e externos, para a avaliação das ações docentes, considerando a compatibilidade com os preceitos legais estabelecidos par tal processo avaliativo, tendo sempre em conta a qualidade do curso e potencialidade das intervenções nas ações pedagógicas do campo.

Apesar da existência de uma proposta pedagógica inicial, o currículo de um curso é expresso realmente a partir da construção cotidiana vivenciada no desenvolvimento da formação e, assim, o currículo, dentro de um determinado contexto, acaba sendo resultado de como os sujeitos compreendem e exercitam a formação no curso proposto, tanto docentes como discentes.

Daí a importância da avaliação coletiva e reflexão continua sobre o processo em desenvolvimento, para que, tomando a proposta inicial como referencia, o currículo possa ser pensado e repensado no sentido do constante planejamento do percurso formativo de modo a garantir a melhoria das condições de ensino-aprendizagem e sucesso do curso . São propostos aqui como meios- instrumentos de avaliação:

- **Plenárias de Avaliação**, em que os discentes e docentes do curso possam manifestar a avaliação sobre o processo educativo - considerando os resultados da avaliação discente e da avaliação docente – e encaminhar propostas para o planejamento integrado e reorientação do percurso formativo quando necessário;
- **Reuniões Docente**, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, considerando a avaliação geral e organizando as propostas para o processo de planejamento integrado e reorientação do percurso formativo, quando necessário;
- **Sistematização e Produção de Relatórios Pedagógicos**, garantindo periodicamente o registro das atividades e análise e reflexão sobre o processo desenvolvido a cada período.

- **Avaliação Discente**

O diagnóstico da aprendizagem dos discentes construídas durante o curso deverá ser feito de forma articulada as atividade curriculares - buscando-se superar a fragmentação do

processo – e por meio da análise da produção resultante da participação dos mesmos em ações de ensino, pesquisa e extensão. São propostos aqui como meios- instrumentos de avaliação:

- **Diário de Classe:** registro das atividades planejadas e executadas e da frequência e participação dos discentes;
- **Produção individual e coletiva:** material construído pelos discentes e relacionado a um determinado período de formação, a exemplo do **memorial** (registro da trajetória pessoal contemplando aspectos da história de vida e formação escolar, experiência profissional, etc); da **produção artística** (poemas, músicas, desenhos, etc); de **artigos; sínteses; relatórios; projetos; etc;**
- **Fichas de auto-avaliação dos educandos:** que deverá expressar análise do aproveitamento individual de cada discente a partir de uma auto-reflexão do mesmo sobre seu aprendizado e participação no curso, podendo subsidiar a avaliação do educador sobre o grupo, sobre o processo e sobre sua ação docente;
- **Ficha de parecer individual:** expressa análise e registro do aproveitamento individual dos discentes realizada pelos educadores;
- **Plenárias de Auto-Avaliação,** em que os discentes do curso possam manifestar a avaliação sobre seu desempenho individual e sobre o desempenho coletivo da turma.

A frequência mínima será de 75% das aulas ministradas. Os conceitos seguirão o padrão da Universidade Federal do Tocantins.

- **Avaliação Docente**

A avaliação da ação docente é assumida aqui em sua perspectiva formativa, como procedimento de qualificação docente e como estratégia que visa estimular os educadores em um exercício de reflexão metacognitiva e de práxis pedagógica, tendo como horizonte a melhoria do ensino e a reorientação da proposta de formação do curso, quando necessário. Propõem-se como estratégias de avaliação docente:

- a avaliação da turma sobre o desempenho docente;
- a auto-avaliação docente;
- e a avaliação dos pares.

São propostos aqui como meios-instrumentos de avaliação docente:

- **Fichas de auto-avaliação docente:** que deverá expressar análise do aproveitamento individual de cada docente a partir de uma auto-reflexão do mesmo sobre seu

desempenho e participação nas atividades curriculares do curso, podendo subsidiar a avaliação geral sobre o processo;

- **Ficha de avaliação da turma sobre o desempenho docente: que poderá** expressar e registrar a análise individual dos discentes sobre o desempenho de cada docente nas atividades curriculares do curso;
- **Plenárias de Avaliação**, em que os discentes e docentes do curso possam manifestar a avaliação sobre o desempenho individual e coletivo dos educadores;
- **Reuniões Docente**, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, se auto-avaliar e avaliar o desempenho de seus pares.

4.3.15. Avaliação do Projeto do Curso

A avaliação do projeto acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras, cujos resultados tenham sido considerados negativos. Assim, ao término de cada disciplina será feita a avaliação pelo aluno, através de um formulário e também pelo professor. O coordenador do Curso será responsável por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

É relevante destacar a ação do Núcleo Docente Estruturante na perspectiva da avaliação sistemática e progressiva do curso. Assim, a avaliação exige a análise do processo de formação: natureza e objetivos do curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no curso de Licenciatura em Educação do Campo interligados ao currículo proposto e desenvolvido.

4.3.16. Auto Avaliação e Avaliação Externa (ENADE e Outros)

A avaliação do Projeto Pedagógico do curso usará, também, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que objetiva avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do curso, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências, para compreender temas exteriores ao âmbito de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O Curso terá avaliações, censos e cadastros internos e externos à própria UFT, fazendo parte do acompanhamento do desenvolvimento do Curso. Como parte integrante da avaliação institucional os docentes/disciplinas serão avaliados pelos acadêmicos a cada semestre no ato da matrícula. Nesse sentido, todos os aspectos vinculados ao fazer e às orientações teórico-metodológicas estarão permanentemente sendo objeto de avaliação no âmbito da Avaliação institucional sob a coordenação da CPA - Comissão Própria de avaliação da UFT.

5- CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Para o funcionamento do currículo proposto será necessária a contratação de, no mínimo, 15 professores com carga horária de 40h semanais e Dedicção Exclusiva às atividades de ensino, pesquisa e extensão; 03 (três) Técnicos Administrativos para o desenvolvimento de atividades acadêmico-administrativas. Estes códigos de vagas foram garantidos quando da aprovação do projeto junto ao MEC.

5.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente

Quadro de Professores

Perfil	Disciplinas	Carga Horária	Semestre
Pedagogia 2 Professores	1- Seminário de Introdução ao curso 2- Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo 3- Psicologia da Educação 4- Avaliação da Aprendizagem 5- Práticas Pedagógicas em Educação do Campo 6- Estágio Curricular Supervisionado I 7- Educação e Meio Ambiente 8- Didática Geral	15h 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 75- 3.2 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1	1º 3º 2º 4º 5º 5º 8º 4º
História 1 Professor	1- História da Educação 2- História, Identidade e Memória dos Povos do Campo 3- Educação para as Relações Étnico Raciais, Gênero e Diversidade	60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1	1º 2º 8º
Filosofia 2 Professores	1- Introdução à Filosofia 2- Filosofia da Educação 3- Estética e Filosofia da Arte I 4- Estética e Filosofia da Arte II 5- Teoria Política 6- Metodologia Científica	60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1	1º 2º 3º 4º 3º
Sociologia/ 1 Professor	1- Movimentos Sociais 2- Introdução à Sociologia 3- Estado, Sociedade e Questões Agrárias 4- Sociologia da Educação	60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1	3º 1º 1º 2º

Português 1 Professor	1- Produção de Gêneros Acadêmicos I 2- Produção de Gêneros Acadêmicos II 3- Trabalho de Conclusão de Curso I 4- Estética e Poética Camponesa	60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1	2º 3º 7º 6º
Artes 4 Professores	1- História da Arte 2- Metodologia do Ensino de Artes I 3- Metodologia do Ensino de Artes II 4- Percepção Visual 5- Fundamentos do Ensino e Aprendizagem em Artes Visuais 6- Laboratório de Desenho e Gravura 7- Laboratório de Pintura 8- Laboratório de Fotografia 9- Teoria e Crítica de Arte 10- Estágio Curricular Supervisionado III	60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 120- 0.0.8	1º 5º 6º 2º 5º 6º 6º 6º 7º 7º
Música 4 Professores	1- Estágio Curricular Supervisionado II 2- Estágio Curricular Supervisando IV 3- Introdução à Teoria Musical 4- Percepção e Notação Musical I 5- Percepção e Notação Musical II 6- O Canto na Música Popular 7- Voz I 8- Voz II (Coral) 9- Optativa I 10- Optativa II 11- Optativa III 12- História da Música Brasileira	90- 0.0.6 135- 0.0.9 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 60- 3.1 75- 3.2	6º 8º 1º 3º 4º 5º 4º 5º 6º 7º 8º 4º

5.2. Regime de trabalho

O Regime de trabalho dos professores será o de 40 horas com dedicação exclusiva. Os docentes envolvidos nas ações educativas do curso deverão ter formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro professor. Considerando-se as peculiaridades regionais, os docentes deverão ser capazes de fornecer subsídios pedagógicos para associar os conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo

Outra particularidade, são os períodos de férias docentes que, devido à sistemática de alternância, onde o tempo escola acontece geralmente nos meses de janeiro e fevereiro e julho e agosto, é necessário que a UFT contemple um calendário diferenciado para atender às especificidades de férias destes professores.

5.3. Composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Em construção, visto que o Curso ainda está em fase de implantação e as vagas de professores estão em processo seletivo de concurso público, tendo sido nomeados 4 professores.

5.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente

Em construção, visto que o Curso ainda está em fase de implantação e as vagas estão em processo seletivo de concurso público.

5.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao curso.

O curso de Licenciatura pautado pela prática de em regime de alternância apresenta várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento diferenciado quando comparado aos cursos regulares ofertados normalmente. Portanto, considerando as especificidades do curso, serão necessários três técnicos para responder pelas seguintes ocupações:

- 1 Técnico em nível superior – Técnico em Assuntos Educacionais
- 2 Técnicos em auxiliar de administração – Ensino Médio.

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

6.1. Laboratórios e instalações

Laboratório de Informática (LABIN)

Com espaço físico de 48m², atualmente dispõe de 20 máquinas em funcionamento em rede atendendo alunos nos três turnos. O Laboratório de Informática funciona em três turnos, atendendo aos alunos dos três cursos oferecidos pelo Campus Universitário de Arraias (Curso de Pedagogia, Curso de Matemática e o curso de Biologia (UAB), das 7:00 às 22:30 horas, com acesso a internet e servidores habilitados para auxiliar aos acadêmicos e aos serviços administrativos. Todos os setores do Campus possuem rede, com internet em funcionamento.

Laboratório de Educação Matemática (LEMAT)

O LEMAT encontra-se instalado na sala 06 do CUA/UFT, ocupando uma área de 48m². Possui 40 carteiras de madeira, 7 mesas (em forma de bancada), 2 mesas de 137 escritório, escritório, 2 armários de aço, 3 prateleiras de aço, 1 armário de madeira, 1 ar condicionado, 1 lousa, 1 tela de projeção, 2 computadores completos. Além de materiais didáticos (jogos, livros, periódicos, figuras geométricas, entre outras) e materiais de consumo.

O Laboratório é coordenado por um professor da área de Educação Matemática (EM), possui 3 (três) bolsistas (acadêmicos do CUA), contando com docentes colaboradores (que desenvolvem projetos) e vinculados (que ministram disciplinas da área da EM).

O LEMAT funciona como um ambiente de estudos e pesquisas para os Cursos de Matemática e Pedagogia, oferecidos pelo *Campus*, onde os professores das disciplinas de metodologias e práticas de ensino desenvolvem suas aulas e atividades práticas.

Laboratório de Ensino de Matemática – LEM

Sua criação foi prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática e tem como objetivo dar suporte às disciplinas que necessitam de um espaço adequado para desenvolverem atividades de ensino e de aprendizagem.

Ligadas diretamente ao LEM encontram-se as disciplinas de Didática da Matemática, Laboratório de Ensino da Matemática I e II, História da Matemática, Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, Trabalho de Conclusão de Curso, Estágios Supervisionados I, II, III, e IV, além das disciplinas optativas que necessitem do laboratório para a prática.

O LEM localiza-se em uma sala de aula e conta com mobiliário e material específico para o desenvolvimento de suas atividades, quais sejam: 38 cadeiras com braço, 10 mesas, 20 cadeiras, 5 armários, 1 data show, 1 tv LCD 32', 1 computador de mesa, 1 Home Theater, 1 quadro branco e diversos materiais de consumo.

Laboratório de Pesquisas e Práticas Pedagógicas (LAPPE)

O Laboratório de Práticas Pedagógicas do Curso de Pedagogia funciona na sala 9 do Campus Universitário de Arraias, atende estudantes, professores e comunidade acadêmica nos períodos matutino, vespertino e noturno. Nos períodos matutino e noturno tem como atividade privilegiada o recebimento de turmas das disciplinas vinculadas a ele, haja vista que no Campus de Arraias Curso de Pedagogia é oferecido nestes períodos. O LAPPE conta com mobiliários adaptados, assim com 01 Notebook, 01 impressora, 01 estabilizador, 01 projetor, 01 cabo USB para impressora, 01 mini gravador, 01 câmera digital, 01 filmadora Sony, materiais de consumo, vários jogos didáticos para Educação infantil e infanto juvenil.

O LAPPE conta também com monitores, três acadêmico bolsistas, sendo dois acadêmicos (as) da Pedagogia e um acadêmico (a) da Matemática, a fim de realizamos ações interdisciplinares com os dois Cursos de licenciatura que há no Campus de Arraias – TO.

Laboratório de Pesquisa em Ensino de Ciências – LAPBEC

O LAPBEC atende às demandas de aulas práticas no ensino de ciências dos Cursos de Biologia na modalidade EaD e Pedagogia presencial, possuindo como estrutura física: uma sala de 6x8 metros, ar condicionado, pia de inox, armários de madeira com 15 gavetas e 15 portas, com bancada de granito, bancada para experimentação em granito (3x1 metros). O LAPBEC conta com uma aluna da Biologia como bolsista. Esta laboratório conta ainda com 1 estufa para esterilização, 1 geladeira, 1 pHmetro, 1 balança de precisão, 1 lupa de dentista, 1 exaustor de gases, 20 microscópios, 5 sensores de captura de imagem para microscópio, 14 estereoscópios, 1 liquidificador industrial, 3 armários de aço, 32 cadeiras estofadas reguláveis, 2 armários tipo prateleira, 1 armário arquivo com chave. Conta ainda com vidrarias e insumos: 9 pipetas volumétricas e graduadas, 81 tubos de ensaios (vidro), 10 frascos lavador, 10 balões volumétricos, 1 balão de fundo redondo c/ evaporador, 19 erlenmeyer, 21 becker e 20 provetas de plástico.

Para o desenvolvimento das atividades do curso, além dos laboratórios já implantados, serão necessários pelo menos dois laboratórios: um de música e outro de artes visuais. Tais

laboratórios se caracterizam como espaços multidisciplinares destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão, fomentadores da investigação da música e das artes produzidas dentro do contexto social e cultural do Estado do Tocantins, assim como no Brasil e América Latina.

Os laboratórios são também espaços em que se produz e testa instrumentos musicais, realização de oficinas, minicursos e de elaboração de atividades didáticas. Esses espaços também podem ser utilizados para reuniões de Grupos de Pesquisa assim como para a gravação, exibição e debate de filmes e documentários. Participam dos laboratórios alunos dos cursos de graduação, pós-graduação da UFT, assim como instituições educacionais e comunidade em geral.

A implantação de tais laboratórios encontra eco nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena.

Junto à estrutura física do laboratório de música há que se dispor, inicialmente, o seguinte material básico: bibliografia que versa sobre a História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena; tumbadoras; atabaques grandes; atabaques grandes de cordas; agogos grandes e médios (metal); pandeiros grandes; recos-recos; berimbaus; mapas estaduais (murais) com relevo, hidrografia, climatológico, político, rodoviário, por regiões; aparelho de som cd/mp3; caixa amplificadora com microfones; filmadora digital; máquina fotográfica digital; mesa de som.

Além da instalação dos laboratórios de música e artes visuais, há que ampliar e atualizar o acervo da biblioteca, incluindo computadores, aparelhos de som; ampliar o laboratório de informática já existente; garantir a aquisição/confecção de instrumentos de percussão; aquisição de teclados e violões; disponibilização de espaços (salas/laboratório) para atividades musicais; aquisição de materiais e equipamentos para aulas de musicalização e artes visuais; a disponibilização de espaços (mini-auditório) com equipamento eletrônico (som, computador, data-show) para apresentações de trabalhos de Pesquisa e TCC.

A atualização tecnológica deve ser feita anualmente, de acordo com a dotação orçamentária da instituição, na qual são comprados equipamentos de interesse da área para dar suporte as aulas, as pesquisas e extensão executada pelo corpo docente. Os materiais de consumo são comprados de acordo com a demanda dos componentes curriculares em execução no curso.

A manutenção dos equipamentos deve ser realizada de forma preventiva, por meio da Coordenação dos Laboratórios, sendo realizada de acordo com o tipo de equipamento. A

manutenção corretiva ocorre sempre que forem detectados problemas nos equipamentos, após a verificação e relato do responsável técnico do laboratório ou do coordenador do curso.

Observação:

Além dos laboratórios implantados, serão necessários a construção de mais dois laboratórios, um de música e outro de artes visuais. A construção destes espaços foi sinalizada, em reunião em 19 de julho de 2013 pelo MEC, como possibilidade para o ano de 2014-2015, junto com outras ações de infraestrutura, como casas de estudante e Restaurante Universitário.

Para além disso, nos 3 primeiros anos de implantação do curso (2013-2015), de acordo com o Edital 02-2012 SESU/SETEC/SECADI/MEC, está prevista verba de custeio de R\$ 4.000,00 por aluno/ano, o que possibilitará parte da aquisição de materiais para estes novos laboratórios.

6.2. Biblioteca

A biblioteca Dr. Claudemiro Godoy do Nascimento, do Campus de Arraias conta com um acervo atualizado de 13.621 volumes de livros; 30 dicionários e enciclopédias; Alguns materiais especiais como fitas de vídeo, CD-ROM; e 114 coleções de periódicos distribuídos nas grandes áreas das Ciências Humanas (2.679 volumes); Ciências Sociais Aplicadas (192 volumes); Ciências Exatas e da Terra (1.687 volumes); Ciências Agrárias (1 volumes); Ciências Biológicas (38 volumes); Engenharia/Tecnologia (59 volumes); Ciências da Saúde (26 volumes) e Lingüística, Letras e Artes (803 volumes); Não Informado (7.944 volumes); Outros (132 volumes).

A biblioteca possui também, um acervo do filósofo Professor Dr. Claudemiro Godoy do Nascimento com cerca de 100 volumes entre livros, coleções, revistas especializadas, separatas e outros periódicos sobre movimentos sociais, história, filosofia e educação do campo.

A biblioteca de Arraias conta com o trabalho de uma bibliotecária; 4 técnicos administrativos e uma recepcionista (contratada). Dispõe de 10 escrivaninhas, 2 mesas para computador, 37 cadeiras, 04 computadores interligados em rede com acesso à Internet e com acesso a Portais de Periódicos, particularmente aqueles mantidos pela CAPES e 2 impressoras. Conta ainda com um ambiente reservado para estudos em grupo com mesa e capacidade para 20 pessoas; dispõe de 10 mesas para uma pessoa e 10 cabines para estudos individuais, assim como para projeção de vídeos.

A biblioteca funciona em horário ininterrupto das 07:30 às 22:30 horas, de segunda à sexta-feira e aos sábados das 08:00 às 12:00 horas. Além deste acervo disponível em Arraias, a UFT possui bibliotecas interligadas em rede e com sistema Commut, nos campi de Araguaína (16.469 volumes), Miracema (13.500 volumes); Palmas (46.300 volumes); Porto Nacional (14.449 volumes); Gurupi (5.424 volumes) e Tocantinópolis (8.666 volumes) e somando um total de mais de 133 mil volumes.

Periódicos Especializados

Periódicos disponíveis na plataforma Capes (online).

6.3. Instalações e equipamentos complementares

Hoje o Campus Universitário de Arraias da UFT tem em funcionamento os seguintes Cursos de graduação:

- Regular presencial: Matemática – Licenciatura; Pedagogia Licenciatura;
- Modular PARFOR: Matemática – Licenciatura; Pedagogia Licenciatura;
- EaD: Biologia-Licenciatura.

O Campus Universitário de Arraias é composto por duas unidades administrativas/acadêmicas, denominados “Unidade do Buritizinho” e “unidade do Centro”, distantes entre si, aproximadamente 1,5 Km. O Campus está em processo de mudança para novas instalações na unidade do “Setor Buritizinho”.

a) Unidade do Centro - são desenvolvidas as atividades de ensino dos Cursos de PARFOR de Pedagogia, Matemática e, aos sábados acontecem atividades do Curso de Biologia na modalidade EaD. Fica situada na Avenida Universitária, s/nº, Centro é composto por três complexos, conforme descrição a seguir.

O complexo administrativo conta com uma sala de Coordenação de Planejamento e Administração, uma de recepção e duas de suporte administrativo, uma de Recursos Humanos, a Direção do Campus conta com uma recepção e outra que é a sala do Diretor, uma de Protocolo e Reprografia, um auditório com capacidade para 50 pessoas, uma de recursos áudio visuais, uma copa, uma de informática, quatro banheiros, uma de almoxarifado, uma sala de reuniões, três de depósito de materiais diversos.

O Segundo Complexo conta com um Centro de Documental - Memorial da UFT; sala administrativa do Curso de Biologia; sala da Secretaria do Curso de Biologia; sala da secretaria acadêmica do Curso de Biologia; sala de atendimento dos acadêmicos do PIBID

(Programa Institucional de Iniciação à Docência); o Laboratório de Educação Matemática (LEMAT); o Laboratório de Práticas Pedagógicas (LAPPE); Laboratório do Curso de Biologia (LAPBEC); sala da Coordenação do Curso de Matemática e Pedagogia- PARFOR.

No Terceiro Complexo têm-se dezessete salas para os professores, onde também funcionam a Coordenação da OBMEP, a Central de Estágio Acadêmico e o Núcleo de Aprendizagem Digital.

b) Unidade do Setor Buritizinho – situado na Avenida Juraildes de Sena Abreu, Setor Buritizinho, Arraias, TO. Esta unidade conta com dois blocos de sala de aula, Um bloco do PARFOR; um prédio para Cantina e um prédio administrativo.

-Os dois blocos de sala de aula, totalizando 10 salas; um banheiro feminino e um banheiro masculino.

-No piso térreo do bloco do PARFOR, no piso térreo encontram-se: um Laboratório de Informática, com trinta e duas máquinas ligadas à internet; cinco salas que agregam a parte administrativa (Coordenação de Biblioteca – uma sala, Secretaria Acadêmica – três salas, Coordenação do Curso de Pedagogia – uma sala); uma sala de reprografia para acadêmicos; uma sala de protocolo; e a biblioteca, com espaço para atendimento a uma média de 60 acadêmicos, uma sala de Protocolo, dois banheiros.

No segundo pavimento do bloco do PARFOR encontra-se: três salas que agregam a Coordenação do Curso de Matemática; sala de monitoramento do Projeto Tocantins Digital; sala do Sindicato dos Professores; uma copa; dois banheiros.

-O prédio da cantina constitui-se em espaço para agregar 50 pessoas.

-Bloco de Apoio Logístico e Administrativo (BALA): onde são alocadas todas as salas da estrutura administrativa do Campus Universitário de Arraias, salas para os professores ofertarem atendimento aos estudantes, sala de professores, sala apropriada para arquivo de documentos e uma cozinha. Este prédio conta também com um auditório com capacidade para 150 pessoas.

6.4. Área de lazer e circulação

Estão previstas nas obras que fazem parte do Plano de Consolidação e que estão sendo executadas em 2013. A praça de alimentação está pronta e aguardando licitação para seu funcionamento.

6.5. Recursos audiovisuais

O campus dispõe dos equipamentos audiovisuais listados no quadro a seguir.

03 tv em cores

02 data show

14 retroprojeter

01 máquina fotográfica digital

6.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004)

A estrutura e equipamentos que atendam às exigências da Portaria do Governo Federal de Nº 1679, datada de 02 de dezembro de 1999, que assegura aos portadores de necessidades especiais melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência nas Unidades da UFT de Arraias estão previstas nas obras que fazem parte do Plano de Consolidação e que está sendo executado em 2013, já tendo seu bloco administrativo inaugurado, contando com elevador e rampas.

No que diz respeito à reserva de vagas em concursos públicos, a UFT e conseqüentemente o campus de Arraias vêm cumprindo as exigências.

6.7. Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso

A sala da Direção do campus de Arraias está localizada no bloco da administração da Unidade do Centro, conta com uma estrutura mínima adequada a permanência de seus sucessivos gestores, a saber: uma ante-sala para a recepção de visitantes, permanência de dois secretários, uma sala exclusiva e isolada para a permanência do diretor do campus, capaz de acolher reuniões de pequeno porte. Essa estrutura tem a disposição serviço de Internet de banda larga.

A sala da coordenação do Curso de Licenciatura em Educação está em funcionamento no Bloco de Apoio Logístico e Administrativo (BALA) o Campus

7. POLÍTICAS DE ACESSO

Ao considerar o contexto da necessidade de se formar professores da educação do campo fortalecemos a necessidade de delinear um perfil de candidato ao curso ora proposto, buscando somar a este, os critérios e instrumentos de seleção na UFT. A seguir seguem alguns critérios de seleção e prioridade, metas e estratégias a serem alcançadas em respectivas etapas.

7.1 Critérios de seleção

Como forma de garantir que os cursistas sejam sujeitos do campo e que venham a atender o objeto do edital, de formar professores da educação básica do campo, mas que não possuem formação específica, alguns critérios por ordem de prioridade, serão adotados com base nestes princípios:

- selecionar preferencialmente educadores de escolas públicas de Educação Básica do campo em efetivo exercício nos anos finais de ensino fundamental ou médio do campo;

- Pessoas que atuam como educadores ou coordenadores nas escolas voltadas para a escolarização básica de educação de jovens e adultos (Ensino Fundamental ou Ensino Médio) em comunidades camponesas;

- Pessoas que atualmente coordenam ou fazem o acompanhamento político-pedagógico dos cursos formais apoiados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA;

- Jovens e adultos de comunidades do campo, ou que se identifique com o mesmo.

7.2 Critérios de prioridade

Partindo que esta seleção justifica-se para permitir o acesso à educação superior aos profissionais em exercício e o atendimento a demanda de expansão da educação básica dos povos do campo, assim como viabilizar o deslocamento para a realização das atividades no Tempo-Espaço Comunidade e o Tempo-Espaço Universidade a seleção específica dos cursistas será via concurso vestibular, a ser realizado mediante critérios e instrumentos. Como se trata de uma seleção específica, considerando a população indicada no item acima dos objetivos, o caráter classificatório será composto de: prova de redação; prova objetiva de conhecimentos sobre a história, a legislação e a dinâmica da Educação do Campo e memorial da prática pedagógica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARDOINO, J. Entrevista com Cornelius Castoriadis. In: BARBOSA, J (org.) **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. S. Paulo: UFSCAR, 1998.
- ASSMANN, H. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer CNE/CP nº 09/2001 que trata sobre a formação do professor**. Brasília, DF, 2001. Acesso realizado em 29/03/2010 em www.mec.gov.br.
- BRASIL, **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária –MEC / MDA** (Abril, 2005).
- BURNHAM, T. F. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In: BARBOSA, J. G. (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Paulo: Edufscar, 1998, p. 35-55.
- CHARLOT, B. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.
- DOLL Jr., W. E. **Currículo**: uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Arte Médicas, 1997.
- INEP. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília: INEP/MEC, 2005.
- JESUS, S. **Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo**. IN: MOLINA, M & JESUS, S. (org). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. V. 5. Brasília: Articulação Por uma Educação do Campo, 2004.
- MACEDO, R. S. C. **Currículo e complexidade**: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo. Salvador: Edufba, 2002.
- MARTINS, J. B. **Abordagem multirreferencial**: contribuições epistemológicas e metodológicas para os estudos dos fenômenos educativos. São Paulo, S. Carlos: UFSCAR, 2000.
- MAZOYER, M. apud INCRA/FAO (s/ data). **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários: guia metodológico**. Mimeo.
- NEVES, D. P. (2007) **Comunidade: sucesso do termo, tormentos metodológicos e contribuições para o estudo do campesinato**. In. Cadernos de Programação e Resumos do 2º Encontro da rede de Estudos Rurais. Rio de Janeiro, RJ. 11 a 14 de setembro de 2007.
- SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história**. Caderno de Textos Pedagógicos: semeando sonhos, cultivando direitos. Brasília, CONTAG, 2005.

ANEXOS



ANEXO I

Normas para elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINOPOLIS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**



Instrução Normativa / N°

Estabelece normas para elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura do Campi Universitário de Arraias, com vigência a partir da aprovação do PPC do Curso no Consepe.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O TCC constitui-se em uma monografia que consiste em um texto dissertativo resultado de uma pesquisa individual orientada, tendo por objetivo um tema desenvolvido nas disciplinas pedagógicas e afins integrantes dos três núcleos da estrutura curricular, de acordo com as linhas de Pesquisa do Curso e deve ser defendida perante banca examinadora.

Art. 2º A monografia objetiva propiciar aos alunos do Curso de Licenciatura em Educação Escolar a oportunidade de demonstrar o aprofundamento temático, a produção científica, a pesquisa em bibliografia especializada e a capacidade de interpretação e crítica da educação do campo.

Art. 3º Estas normas regulam as atividades inerentes aos componentes curriculares Projeto de TCC e TCC constantes da estrutura curricular do Curso.

CAPÍTULO II DOS ALUNOS HABILITADOS PARA REALIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 4º Será considerado habilitado para realização da monografia o aluno que tiver integralizado, no mínimo 50% dos créditos da Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 5º O (a) aluno (a) habilitado para a realização da monografia deverá ter cursado a disciplina de Projeto de TCC.

I - Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação de Curso e apresentar o Projeto de Monografia ao professor orientador e desenvolver o plano de trabalho construído juntamente com o orientador para o processo de orientação;

II- Realizar encontros para orientação, pelo menos uma vez, a cada quinze dias, em horário e data previamente acordada;

III- apresentar ao professor orientador a ficha de acompanhamento das atividades de monografia, cumprindo as atividades nela designadas;

IV- Elaborar a versão final de sua monografia, de acordo com o manual de normalização de trabalhos acadêmicos e com o presente Regulamento;

V- Entregar à Coordenação do Curso, dentro de prazo fixado no calendário, a versão final da monografia para defesa, em 3 vias, com a concordância do orientador;

VI – Comparecer no dia, hora e local determinado para apresentar e defender a versão final da monografia;

VII – Após a defesa e aprovação o aluno deve apresentar uma cópia impressa, encadernada em capa dura, e eletrônica (cd-rom) para a Biblioteca do Campus, com as devidas correções do trabalho monográfico.

CAPÍTULO III ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 6º O projeto de monografia deverá conter a seguinte estrutura:

I – tema;

II – problema;

III – objetivos;

IV – Justificativas;

V – fundamentação teórica;

VI – metodologia;

VII – cronograma;

VIII – referencial bibliográfico.

Art. 7º A elaboração da monografia final de conclusão de curso compreende as seguintes etapas, de acordo com os prazos fixados no calendário:

I – elaboração e cumprimento, juntamente com o orientador, do Plano de orientação do trabalho monográfico;

II - defesa da monografia perante banca examinadora.

CAPÍTULO IV DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art.8º A monografia final deverá ser desenvolvida sob o acompanhamento de um professor orientador integrante do corpo docente da universidade.

Parágrafo Único: Cada professor caberá o máximo de 04 orientandos e cada orientação corresponde a um crédito por aluno/semestre.

Art. 9º Poderá o aluno, ao matricular-se na disciplina de Projeto de TCC, sugerir o nome de um professor para realizar a orientação, cuja designação dependerá da aceitação deste e existência de vaga.

Art. 10º A definição de orientação será feita a partir de proposta da Coordenação do Curso, considerando as temáticas e linhas de pesquisas e analisada em reunião do Colegiado.

Art. 11º A substituição de professor orientador somente será deferida pela Coordenação do Curso, mediante análise das justificativas formais apresentadas, pelo professor ou pelo aluno;

Art. 12º A responsabilidade pela elaboração da monografia cabe integralmente ao orientando, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento e no Regimento Geral da Universidade, as atribuições decorrentes de sua atividade de orientação.

CAPÍTULO V DA BANCA EXAMINADORA

Art. 13º O professor orientador deverá encaminhar à Coordenação de Curso, com 10 dias de antecedência da data da defesa, a composição das bancas examinadoras, a fim de que sejam distribuídas em tempo hábil as cópias da monografia.

Art. 14º A versão final da monografia será defendida pelo aluno perante a banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros por ele convidados.

Parágrafo Único: Poderá integrar a banca examinadora um membro escolhido entre professores da UFT ou professores de outras instituições, com titulação mínima de especialista, mediante análise de currículo pela Coordenação do Curso.

Art. 15º A Coordenação do Curso, com a anuência dos professores elabora e divulga o cronograma de defesa de monografias.

Parágrafo Único: O período destinado à defesa de monografia não deverá ultrapassar o prazo máximo previsto pelo Calendário Acadêmico.

Art. 16º A defesa A defesa da monografia será realizada pelo aluno em sessão pública no tempo máximo de 20 minutos.

Art. 17º Cada um dos integrantes da banca examinadora terá 20 minutos para argüir o aluno acerca do conteúdo da monografia, dispondo o discente do mesmo prazo de indagação para apresentação das respostas.

Art. 18º A atribuição dos resultados dar-se-á após o encerramento da argüição, em sessão secreta, levando-se em consideração o texto escrito e a defesa da monografia.

§ 1º A nota final do aluno será definida pelo resultado da média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 2º Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a sete.

Art. 19º A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, será registrada em ata, e encaminhada à Secretaria Acadêmica.

Art. 20º Será atribuído conceito 0 (zero) à monografia, caso se verifique a existência de fraude ou plágio pelo orientando, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Regimento Geral da Universidade.

Art. 21º O aluno que não se apresentar para a defesa oral, sem motivo justificado, ou, ainda obtiver nota inferior a 7 (sete) na defesa, estará reprovado na Monografia ou disciplina correspondente.

Art. 22º No caso de reprovação, desde que não ultrapassado o prazo máximo para a conclusão do curso, poderá o aluno apresentar nova monografia para defesa perante banca examinadora, respeitados os requisitos previstos neste Regulamento.

Art. 23º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 24º Estas normas entram em vigor a partir desta data.

ANEXO II
MANUAL DE ORIENTAÇÃO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS



PROCAMPO

*Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura
em Educação do Campo*

MANUAL DE ORIENTAÇÃO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Arraias/TO
2013

SUMÁRIO

OBJETIVO DO MANUAL	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
JUSTIFICATIVA – Bases legais	
OBJETIVO GERAL DO ESTÁGIO	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
EQUIPE DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO	
ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO	
ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
SUPERVISOR EXTERNO DE ESTÁGIO	
ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR REGENTE – SUPERVISOR EXTERNO	
ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO	
DIREITOS DO ESTAGIÁRIO	
DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO ESTÁGIO	
CONCLUSÃO	
BIBLIOGRAFIA	

OBJETIVO DO MANUAL

Este manual tem por objetivo orientar acadêmicos/as e normatizar a dinâmica do Estágio Supervisionado no âmbito da Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Códigos e Linguagens da Universidade Federal do Tocantins-UFT.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado, antes de ser uma exigência legal, deve ser parte integrante da formação de professores, articulando a teoria com a prática. Assim, o currículo de Licenciatura deve propiciar, permanentemente, a articulação entre o conteúdo da formação profissional com o exercício da docência, conforme preconiza o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e de modo a configurar uma visão mais integrada do conhecimento profissional.

O Estágio Supervisionado em uma Licenciatura Interdisciplinar, como a prevista no Projeto Pedagógico de Curso do Procampo, exige planejamento e organização sistemáticos, de forma que as áreas de conhecimento abrangidas não sejam apenas vivenciadas pelos futuros professores, mas que haja uma distribuição de carga horária compatível com as características de cada área e com a interdisciplinaridade que o curso exige e pela especificidade da Pedagogia da Alternância.

De acordo com Ribeiro (2008, p. 30), o trabalho com a alternância “articula prática e teoria numa práxis e realiza-se em tempos e espaços que se alternam entre escola e propriedade, comunidade, assentamento, acampamento ou movimento social ao qual o educando está vinculado”, assim, leva em consideração dois tempos de formação: o tempo escola (TE), onde o educando recebe o aporte teórico-metodológico e o tempo comunidade (TC), onde os conteúdos conceituais se transformarão em procedimentos e desenvolvimento de atitudes que transformam a realidade imediata.

JUSTIFICATIVA – Bases legais

O artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei 9394/96 trata da formação dos profissionais da educação e pressupõe que a formação de professores deve se realizar “de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando e terá como fundamento a associação entre teoria e prática.” Isso significa que a integração permanente entre teoria e prática deve garantir a construção das competências e habilidades para que o acadêmico possa exercer de forma plena suas atividades profissionais.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como “o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso” (BRASIL, 2008, p 9). Como se nota, esta definição vai ao encontro da LDB e corrobora a visão do Estágio como parte integral e indispensável da formação profissional.

No âmbito da UFT, o Estágio Supervisionado está organizado pela Resolução N. 003/2005 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - Consepe, que organiza e define as normas de realização e desenvolvimento do Estágio, em conformidade com o Parecer CNE/CP 09/2001 e as Resoluções CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002.

As atividades de estágio, além de proporcionarem ao acadêmico a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, devem privilegiar o desenvolvimento da pesquisa resultantes da reflexão sobre a prática. Em outros termos, as atividades de estágio devem buscar em todos os seus momentos, a reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem.

O Estágio Supervisionado no Curso de Licenciatura em Educação do Campo deve possibilitar aos acadêmicos a formação e a construção de conhecimentos necessários à sua formação, ou seja, para o trabalho com as escolas do campo e no campo. Aquelas situadas na sede do município, mas que recebem boa parte de seus alunos do meio rural e estas que se situam no meio rural propriamente dito

Para tanto, a Coordenação de Estágio e o Professor Orientador devem garantir as condições para que os acadêmicos desenvolvam suas atividades de modo que este trabalho auxilie na reestruturação do currículo escolar, considerando as condições e características da Escola Campo e da própria Universidade, uma vez que os alunos do meio rural vivenciam práticas e espaços de vivência – cultura e trabalho – diferenciados dos alunos urbanos.

A formação do professor deve passar pelo exercício da análise e reflexão sobre a prática docente, de modo a desvelar o cotidiano escolar. A análise e a reflexão permanente sobre a prática pode se constituir na mola propulsora para o desenvolvimento profissional e a profissionalidade docente.

OBJETIVO GERAL DO ESTÁGIO

Propiciar condições para que o acadêmico possa vivenciar, no tempo comunidade, experiências de docência orientadas e supervisionadas que o conduza à análise e à reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover situações de observação, análise e reflexão sobre a prática pedagógica;
- Propor estratégias de intervenção didático-pedagógicas que propiciem aprendizagens tanto de conteúdos curriculares como do fazer de sala de aula no tempo em que os alunos estiverem em suas respectivas comunidades e escola-campo de estágio.
- Possibilitar condições para que o licenciando, a partir de sua intervenção na prática, tematize a ação docente e tenha condições de reelaborar e reorganizar atividades que conduzam à melhoria da qualidade do ensino que está sendo oferecido aos alunos do campo.
- Permitir a convivência no ambiente escolar com os membros da comunidade a fim de que o acadêmico possa desenvolver atitudes éticas e colaborativas no fazer pedagógico.

EQUIPE DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO

De acordo com a Resolução N. 003/2005 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - Consepe da UFT, o Estágio será supervisionado e orientado, em cumprimento ao dispositivo da Lei 11.788/08, por um Coordenador de Estágio, um Professor Orientador e um Professor Supervisor Externo à UFT, que acompanhará passo a passo os acadêmicos na escola campo.

ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

- a) Articular-se como a Universidade, os professores de estágio e com as escolas-campo.
- b) Responsabilizar-se pelos aspectos administrativos internos e externos do Estágio.
- c) Levantar as possibilidades de campos de Estágio e definir os locais a serem oportunizados.
- d) Supervisionar os locais de Estágios em funcionamento.
- e) Coordenar as atividades de recursos humanos envolvidos na execução do Estágio Curricular Supervisionado.
- f) Propor Convênio e/ou Termos de Cooperação e campos de Estágio, que facilitem as atividades dos estagiários.
- g) Assinar as correspondências oficiais a serem expedidas.

- h) Informar ao(s) Professor(es) o nome do Supervisor Externo do Estagiário (Coordenador pedagógico).
- i) Encaminhar à Congregação dos Cursos os resultados do Estágio e discutir sistematicamente com seus membros o andamento das atividades.
- j) Solicitar à UFT o Seguro Contra Acidentes Pessoais para os Estagiários conforme preconiza

ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- a) Elaborar o plano de trabalho a ser desenvolvido.
- b) Orientar o estagiário na elaboração do Projeto de Estágio.
- c) Orientar e acompanhar o aluno estagiário no planejamento, execução e avaliação do Estágio, prestando-lhe assistência didática e técnica, em conjunto com o Coordenador do Estágio, o Supervisor Externo e o Professor Regente.
- d) Orientar o estagiário na confecção dos instrumentos finais de avaliação do Estágio.
- e) Avaliar o desempenho de cada estagiário de acordo com as normas do Curso, levando em conta o parecer avaliativo do Supervisor Externo e do Professor Regente.
- f) Controlar a frequência dos estagiários em conjunto com o Supervisor Externo e o Professor Regente.
- g) Participar das atividades programadas pela Coordenação Geral da Pró-Reitoria de Graduação, quando for o caso.
- h) Apresentar ao Coordenador de Estágio, através de relatórios ou outros mecanismos sistematizados informações sobre o andamento das atividades.
- i) Elaborar relatório das atividades e avaliações ao final de cada semestre letivo e encaminhar ao Coordenador de Estágio.
- j) Executar outras atividades inerentes ao desempenho da função, omissas nestas diretrizes.

SUPERVISOR EXTERNO DE ESTÁGIO

Profissional externo à UFT, pertencente à instituição concedente ao Estágio, devidamente habilitado e responsável pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário, no local de desenvolvimento das atividades de Estágio. Este profissional preferencialmente será o coordenador pedagógico da Escola Campo, com as seguintes atribuições:

- Elaborar em conjunto com o estagiário e com o Professor orientador uma programação para atendimento do planejamento de Estágio, respeitadas as orientações legais da UFT.
- Fornecer ao Professor Orientador e ao estagiário, informações sobre as características da entidade campo no que diz respeito aos horários, clientela, instalações, materiais, normas internas da mesma e outras informações que se fizerem necessárias.
- Orientar, acompanhar e avaliar a execução do Estágio em sintonia com ao Professor Orientador e o Professor Regente.
- Emitir parecer avaliativo sobre o desempenho do estagiário, na forma dos instrumentos fornecidos pelo Professor Orientador.
- Executar outras atividades inerentes ao desempenho da função, omissa nestas diretrizes.

ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR REGENTE – SUPERVISOR EXTERNO

- Elaborar em conjunto com o Estagiário, o Professor Orientador e com o Supervisor Externo uma programação para atendimento do planejamento de Estágio, respeitadas as orientações legais da UFT para o estágio.
- Fornecer ao professor Orientador e ao estagiário, informações sobre as características das salas campo no que diz respeito aos horários, clientela, instalações, materiais, normas internas, o plano de curso e outras informações que se fizerem necessárias.
- Orientar, acompanhar e avaliar a execução do Estágio em sintonia com ao Professor Orientador e com o Supervisor Externo.
- Emitir parecer avaliativo sobre o desempenho do estagiário, na forma dos instrumentos fornecidos pelo Professor Orientador.
- Executar outras atividades inerentes ao desempenho da função, omissa nestas diretrizes.

ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

- Esforçar-se para obter aproveitamento e rendimento compatíveis com a natureza do estágio, relacionando os conteúdos conceituais aos procedimentais e atitudinais no tempo comunidade.
- Elaborar e apresentar um plano para o processo do estágio.
- Dispor de horário para cumprir as atividades previstas para o estágio.
- Executar as atividades previstas no planejamento de estágio, observando forma e padrões estabelecidos, conjuntamente, pela UFT e a escola.

- Entregar todas as atividades e relatórios (observação, co-participação e participação) conforme orientação do professor do estágio em data fixada.
- Resguardar o sigilo e a veiculação de informações a que tenha acesso em decorrência do estágio.
- Fornecer ao Supervisor Externo, mediante o preenchimento de formulários próprios, informações pertinentes ao bom andamento do estágio.
- Informar ao Supervisor Externo e à escola, qualquer que seja o motivo, a impossibilidade de comparecer a qualquer atividade prevista no estágio/prática de ensino ou de permanecer vinculado à dinâmica exigida pela prática.

DIREITOS DO ESTAGIÁRIO

- Realizar o seu estágio em seu local de trabalho (caso já atue como professor da disciplina).
- Ter acesso às instalações, aos recursos materiais e tecnológicos do estabelecimento de ensino, previstos no planejamento de atividades.
- Receber os documentos relativos ao estágio, ao término deste.
- Ser devidamente orientado e acompanhado durante a realização do seu estágio, pelo Professor Orientador.
- Ter seguro contra Acidentes Pessoais.

DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

- I. Automaticamente, ao término do estágio.
- II. A qualquer tempo, no interesse da instituição.
- III. A pedido do estagiário.
- IV. Em virtude da interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estágio.
- V. Pelo não comparecimento do estagiário, sem motivo justificado, em 25 % (vinte e cinco por cento) da duração estipulada para a carga horária teórica do estágio.
- VI. Em descumprimento de qualquer compromisso assumido na oportunidade da assinatura do termo de compromisso.
- VII. A partir da interrupção temporária do curso do aluno por meio de solicitação de Trancamento de matrícula.
- VIII. Pelo não cumprimento de 100% da carga horária destinada à prática.

CONCLUSÃO

O Estágio Supervisionado é um espaço imprescindível na formação do educador. *Locus* apropriado onde o aluno desenvolve a sua aprendizagem prática, o seu papel profissional, a sua responsabilidade, o seu compromisso, o espírito crítico, a consciência, a criatividade e demais atitudes e habilidades profissionais esperadas em sua formação.

Se for assumido em todas as suas instâncias de maneira planejada e ativa, levando em conta as possibilidades de inovações na política de desenvolvimento da prática educativa, poderá mobilizar conhecimentos científicos para projetos alternativos de intervenção na prática social, ampliando e diversificando as oportunidades de parcerias educativas, principalmente em uma Licenciatura em Educação do Campo.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, José Maria C. **Considerações sobre o Estágio na formação do Profissional de Educação Física**. In E.F. CONFED. Agosto 2003.

BURIOLLA, Marta A F. **O Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez. 2001.

JUNIOR A F & CORRÊA E. **Prática de Ensino Em Educação Física – Estágio Supervisionado**. Ed Interamericana. RJ 1982.

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008.

ANEXO III

REGIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

CAPÍTULO I DA INTRODUÇÃO

Art. 1 – O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado de Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Campus de Arraias da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2 – O Colegiado de Curso de Licenciatura Educação do Campo – Campus Arraias é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3 – A administração do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Campus de Arraias da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

I - Órgão Deliberativo e Consultivo:

a) Colegiado de Curso

II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;

III - Órgãos de Apoio Acadêmico:

a) Coordenação de Estágio do Curso;

b) Central de Estágio;

IV - Órgão de Apoio Administrativo:

a) Secretaria Acadêmica;

b) Secretaria de Curso.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4 – O Colegiado de Curso é constituído:

I – Coordenador de Curso, sendo seu presidente;

II - Docentes efetivos do curso;

III – Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso. (Art. 36 do Regimento Geral da UFT)

a) os representantes discentes são indicados pelo Centro Acadêmico do Curso por meio da ata de posse do Centro Acadêmico e do ofício do presidente do Centro Acadêmico indicando os representantes.

b) em caso de substituição dos representantes discentes estes devem estar de acordo com o Estatuto do Centro Acadêmico e deve ser comunicado ao coordenador do curso por meio da ata e/ou certidão emitida pelo presidente do Centro Acadêmico;

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 5 – São competências do Colegiado de Curso, conforme Art. 37 do Regimento Geral da UFT:

- I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;
- III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV - opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;
- V - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
- VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;
- VII - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX - propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;
- X - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 6 - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, por 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º – As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocadas, no mínimo, com dois dias de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus membros e, em segunda convocação, após trinta minutos do horário previsto para a primeira convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes.

§ 2º – Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões.

- a) para efeito de quorum serão considerados apenas os professores em pleno exercício;
- b) o professor legalmente licenciado ou afastado não terá direito a voto.

§ 3º O Colegiado de Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, mediante justificativa substanciada e aprovada pelo conselho diretor.

§ 4º – Os pontos para serem inseridos na pauta devem ser enviados até o prazo limite de 24 horas antes da reunião.

- a) Para pedidos de remoção, redistribuição, afastamento, licença sem vencimentos, entre outros dessa natureza, devem ser apresentados via ofício e com a normativa pertinente;
- b) Os pedidos de ponto de pauta precisam ser documentados.

Art. 7 – O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões terá prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as faltas na Reunião do Colegiado deverão ser comunicadas/justificadas oficialmente em até 48 horas.

§ 1º O membro do colegiado que não justificar sua ausência na reunião receberá falta em seu ponto e conseqüentemente o desconto em sua folha de pagamento.

CAPÍTULO VI DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 9 – A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso, e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º – Caberá ao Colegiado de Curso, através de eleição direta entre seus pares, eleger o Coordenador substituto.

§ 2º - Além do seu voto, terá o Presidente em caso de empate, o voto de qualidade;

§ 3º - No caso de vacância do cargo de Coordenador, a eleição far-se-á de acordo normas regimentais definidas pelo CONSUNI;

§ 4º - No impedimento do Coordenador e do Coordenador substituto, responderá pela Coordenação o docente mais graduado do Colegiado com maior tempo de serviço na UFT. Caso ocorra empate, caberá aos membros do Colegiado indicar o coordenador interino.

Art. 10 - Ao Coordenador de Curso compete:

I - Além das atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Geral da UFT, propor ao seu Colegiado atividades e/ou projetos de interesse acadêmico, considerados relevantes, bem como nomes de professores para supervisionar os mesmos;

II – Nomear um professor responsável pela organização do Estágio Supervisionado, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado;

III - Nomear um professor responsável pela organização do TCC, de acordo com as normas do TCC;

IV - convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;

V - organizar e submeter à discussão e votação as matérias constantes do edital de convocação;

VI - designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;

VII - Deliberar dentro de suas atribuições legais, "ad referendum" do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII DO CORPO DOCENTE

Art. 11 - O corpo docente, constituído pelo pessoal que exerce atividade de ensino, pesquisa e extensão, distribui-se pelas seguintes classes de carreira do magistério:

I - professor titular;

II - professor adjunto;

III - professor assistente

IV – professor Auxiliar.

§ 1º - Com caráter probatório, para iniciação em atividades docentes, será admitido o graduado de curso de nível superior com a designação de auxiliar de ensino.

§ 2º - O docente que exercer atividades de ensino ou pesquisa na Universidade, em decorrência de acordo, convênio ou programa de intercâmbio com entidade congênere, será classificado como professor visitante.

§ 3º - Para atender a necessidades eventuais da programação acadêmica, poderão ser contratados professores substitutos, de acordo com a conveniência da Universidade, consideradas as respectivas qualificações.

Art. 12 - As licenças para afastamento docente estão previstas nos art. 123 e 124 do Regimento Geral da Universidade.

§ 1º - As comunicações de afastamento docente para participação em congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural ou técnica deve ser comunicada ao Presidente do Colegiado com no mínimo 07 (trinta) dias de antecedência

CAPÍTULO VIII DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 13 - A Secretaria, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos, será dirigida por um Secretário a quem compete:

I - encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação;

II - auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;

III - instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador;

IV - executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;

V - elaborar e enviar a convocação aos Membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com 34 (vinte quatro) horas de antecedência;

VI - secretariar as reuniões do Colegiado;

VII - redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;

VIII - manter o controle atualizado de todos os processos;

IX - manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;

X - auxiliar as atividades dos professores de TCC e Estágio Supervisionado;

XI - desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da Coordenação e cumprir as determinações do Coordenador;

XII - manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;

XIII - auxiliar as atividades acadêmicas dos professores especialmente do Tempo Comunidade;

XIV - executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO IX DO REGIME DIDÁTICO

Seção I Do Currículo do Curso

Art. 14 - O regime didático do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Campus de Arraias reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 15 – O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso, será proposto pelo Colegiado de Curso.

§ 1º – A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 16 – A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e a legislação de educação superior.

Art. 17 – Constituirão o currículo pleno do curso:

I – atividades acadêmicas fixadas pela legislação pertinente;

II – atividades complementares obrigatórias, de acordo com o respectivo projeto pedagógico e regimentadas;

III – atividades acadêmicas, de livre escolha do discente entre aquelas oferecidas pela Universidade e outras instituições de ensino superior;

IV – atividades acadêmicas de caráter geral e humanístico, necessárias à melhor formação da cidadania.

Parágrafo único – O Colegiado de Curso deverá estabelecer, previamente, as atividades acadêmicas válidas para o cômputo de carga horária, submetendo-as à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 18 - A proposta de mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 19 - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT.

Seção III Da Oferta de Disciplinas

Art. 20 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do planejamento semestral, aprovada pelo respectivo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico especial da Licenciatura em Educação do campo, observando o Regime de Alternância.

Parágrafo único – a oferta de disciplinas ocorrerá de acordo com o regime de Alternância, considerando-se o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade,

Art. 21 - As atividades acadêmicas obedecerão o regime de Alternância, composto pelo Tempo Universidade e o Tempo Comunidade.

Parágrafo único – no Tempo Universidade serão desenvolvidas atividades acadêmicas nos espaços da universidade e no Tempo Comunidade serão desenvolvidas atividades acadêmicas orientadas, junto às comunidades.

Art. 22 - As atividades acadêmicas serão desenvolvidas nas modalidades a seguir:

I - presencial – entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto entre docentes e discentes em ambiente específico, principalmente no Tempo Universidade;

II – semipresencial – entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto, bem como aquela com uso de mídias específicas e pode acontecer no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade;

III - tutorial – entendida como atividade desenvolvida a distância, com uso de mídias específicas, especialmente no Tempo Comunidade.

Parágrafo único – As atividades acadêmicas desenvolvidas nas modalidades semipresencial e tutorial serão objeto de aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 23 – Até o fim de cada período letivo, a Coordenação de Curso, consultado o Colegiado, encaminhará ao Setor de Controle Acadêmico da Pró-Reitoria de Graduação, a consolidação da oferta de componentes curriculares à disposição dos acadêmicos de Graduação para o período seguinte, com os respectivos horários, o espaço físico e os professores responsáveis.

Art. 24 - No planejamento do curso, a Universidade buscará assegurar a todo acadêmico regularmente matriculado a obtenção de vaga nos componentes curriculares e demais atividades complementares necessárias à integralização do currículo pleno do respectivo curso, observados os critérios adequados para sua distribuição, os pré-requisitos e a carga horária máxima.

Art. 25 – A Coordenação de Curso, em conjunto com o Conselho Diretor do Campus, deverá proceder, periodicamente, aos diagnósticos necessários para propor à Pró-Reitoria de Graduação a adequação da oferta e demanda de vagas, visando detectar as causas de inadequação e sugerindo as medidas para os respectivos ajustes.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas da Coordenação do Curso ou de outros órgãos da administração superior.

Art. 27 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.